Delegado SIMULino

Simulado

Delegado de Polícia · PCPR 2026 · questões no estilo FGV

Código	PCPR-DL-0608-2B9D
Questões	100
Tempo sugerido	300 minutos
Dificuldade	Desafio Delegado (N4 + N5)
Alternativas por questão	5

Composição

Disciplina	Questões	Numeração
Direito Penal	20	01 a 20
Direito Processual Penal	20	21 a 40
Legislação Penal e Processual Penal Extravagante	20	41 a 60
Direito Constitucional	10	61 a 70
Direito Administrativo e Gestão Pública	10	71 a 80
Legislação Estadual e Institucional	10	81 a 90
Direitos Humanos	5	91 a 95
Ciências Forenses	5	96 a 100

Instruções

- Cada questão tem 5 alternativas e apenas uma correta.
- Marque suas respostas na folha de respostas, na última página deste caderno.
- Cronometre a prova pelo tempo sugerido, sem consulta, como no dia.
- Ao terminar, confira suas respostas no gabarito comentado (arquivo separado), que explica a correta e o erro de cada alternativa.

Avisos

- Material de treino não oficial, sem vínculo com a FGV, com a PCPR ou com a Anthropic.
- Questões inéditas foram elaboradas por IA no estilo da banca e podem conter erro: confira o gabarito comentado e a lei vigente.
- Questões reais reproduzem provas aplicadas pela FGV, com banca, ano, órgão e cargo de origem no gabarito.

Direito Penal

Questão 01

João foi condenado a uma pena de 8 anos de reclusão em regime inicialmente fechado pelo crime de roubo qualificado. Após cumprir parte da pena, João obteve livramento condicional, com período de prova previsto para terminar em 15/08/2020. Em 15/09/2019, portanto dentro do período de prova, João foi preso em flagrante pela prática pelos crimes de tráfico e de associação ao tráfico de drogas, tendo permanecido em prisão preventiva nesse segundo processo, até que sobreveio condenação final, transitada em julgado, a 9 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado. Sabe-se que o livramento condicional da pena antiga não foi suspenso nem revogado durante o prazo. Findo o período de prova, o Juiz declarou extinta a pena do crime de roubo qualificado, nos termos do Art. 90 do Código Penal, computando para tanto o tempo em que João ficou preso a partir de 15/09/2019. O Defensor Público que assiste João, então, passou a analisar juridicamente o acerto dessa decisão do Juízo da VEP. Sobre o termo inicial do cômputo da nova execução da pena de 9 anos pelos crimes de tráfico e associação para o tráfico, de acordo com a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, o cumprimento de pena relativa a tais delitos praticados no curso de livramento condicional terá como seu termo inicial

(A) o dia subsequente ao fim do período de prova, dada a impossibilidade de cumprimento simultâneo de duas penas não unificadas.

(B) a data da prisão em flagrante do segundo processo, de modo que o mesmo tempo de prisão é computado tanto para exaurir a pena antiga quanto como início da pena nova, em razão da detração.

(C) a data da condenação transitada em julgado do novo crime, de modo que o mesmo tempo de prisão é parcialmente computado tanto para exaurir a pena antiga quanto como início da pena nova.

(D) o dia da publicação da sentença condenatória do novo crime, de modo que o mesmo tempo de prisão é parcialmente computado tanto para exaurir a pena antiga quanto como início da pena nova.

(E) a data da confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça do novo crime, mesmo antes do trânsito em julgado, de modo que o mesmo tempo de prisão é parcialmente computado tanto para exaurir a pena antiga quanto como início da pena nova.

Questão 02

Ao revisar o acervo de inquéritos antigos de sua unidade, o delegado de polícia elaborou uma nota técnica para orientar a equipe sobre a contagem da prescrição penal e sobre os pedidos de arquivamento fundados nesse instituto. Considerando o Código Penal, com as alterações das Leis nº 12.234/2010 e nº 13.964/2019, e a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

I. Ainda que, em inquérito relativo a crime de furto simples, as circunstâncias indiquem que eventual condenação ficaria no mínimo legal e que essa pena projetada já estaria prescrita, não se admite a extinção da punibilidade com base nessa pena hipotética.

II. A prescrição regulada pela pena aplicada na sentença condenatória, com trânsito em julgado para a acusação, pode ter como termo inicial a data do fato, se o prazo tiver se completado entre o fato e o recebimento da denúncia.

III. Enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal celebrado pelo investigado, a prescrição não corre.

IV. Aplicada a pena de multa cumulativamente com a pena privativa de liberdade, a multa prescreve em dois anos, ainda que a pena privativa de liberdade prescreva em prazo maior.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 03

Ao assumir a titularidade de uma delegacia, o delegado de polícia revisou três procedimentos antigos, ainda pendentes de relatório final ou de providências.

No primeiro, apurava-se a conduta de Wagner que, em 2008, mediante violência, constrangeu a vítima, no mesmo contexto fático, à conjunção carnal e a outro ato libidinoso diverso. À época, ele fora indiciado pelos crimes de estupro e de atentado violento ao pudor em concurso material; o art. 214 do Código Penal foi depois revogado pela Lei nº 12.015/2009, que passou a descrever ambas as condutas no art. 213.

No segundo, Ítalo fora surpreendido, em 2005, guardando pequena quantidade de cocaína destinada à venda. Primário, de bons antecedentes, sem dedicação a atividades criminosas e sem vínculo com organização criminosa, pleiteava que

lhe fosse aplicada a pena prevista na Lei nº 6.368/1976, com a incidência da causa de diminuição do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006.

No terceiro, Celso praticara determinado crime durante a vigência de uma lei temporária que majorava a pena daquele delito; quando o inquérito foi relatado, o período de vigência da lei já se encerrara.

Considerando as normas sobre a aplicação da lei penal no tempo e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

(A) Houve abolitio criminis quanto ao ato libidinoso diverso praticado por Wagner; a Ítalo aplica-se a lei nova, se integralmente mais benéfica; Celso responde pela lei temporária, que é ultra-ativa.

(B) Wagner responde por crime único do art. 213, retroagindo a lei nova nessa parte; a Ítalo aplica-se a lei nova, se integralmente mais benéfica; Celso responde pela lei anterior, porque o fim da vigência da lei temporária equivale à abolitio criminis.

(C) Wagner responde pelos dois crimes em concurso material, por força da irretroatividade da lei penal; a Ítalo aplica-se a lei nova, se integralmente mais benéfica; Celso responde pela lei temporária, que é ultra-ativa.

(D) Wagner responde por crime único do art. 213, retroagindo a lei nova nessa parte; a Ítalo aplica-se a pena da lei antiga com a redução prevista na lei nova; Celso responde pela lei temporária, que é ultra-ativa.

(E) Wagner responde por crime único do art. 213, retroagindo a lei nova nessa parte; a Ítalo aplica-se a lei nova, se integralmente mais benéfica, vedada a combinação; Celso responde pela lei temporária, que é ultra-ativa.

Questão 04

Lucas, reincidente em crime doloso e agindo com dolo, ingressou em um supermercado localizado em Fortaleza/CE, ocasião em que colocou, em sua mochila, três litros de azeite e cinco diferentes garrafas de bebidas destiladas. Na sequência, o agente passou pelo caixa do estabelecimento comercial sem efetuar o pagamento. Registre-se que, já no estacionamento, Lucas foi abordado e contido pelo segurança do local, ocasião em que os bens recuperados foram avaliados em R$ 900,00 (novecentos reais). Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Lucas

(A) responderá pelo crime de furto simples, não podendo o Juiz substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, nem tampouco aplicar somente a pena de multa.

(B) responderá pelo crime de furto qualificado, sendo certo que o Juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

(C) responderá pelo crime de furto simples, sendo certo que o Juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

(D) não responderá na seara penal, salvo se o supermercado representar, criminalmente, em seu detrimento.

(E) não responderá criminalmente, em razão da atipicidade material da conduta perpetrada.

Questão 05

Em uma semana de plantão, o delegado de polícia precisou definir a tipificação de três fatos para fins de indiciamento.

Gilmar, dono de oficina mecânica, recebeu de Marina um automóvel para reparo do motor. Concluído o serviço, e sem que tivesse havido qualquer intenção prévia nesse sentido, decidiu ficar com o veículo: deixou de devolvê-lo e passou a anunciá-lo à venda como se fosse seu.

Rui compareceu a uma concessionária apresentando-se como interessado na compra de uma motocicleta. Exibiu documentos falsos e obteve do vendedor autorização para dar uma volta de teste, sozinho, por dez minutos, no quarteirão. Rui, que desde o início pretendia ficar com o bem, não retornou.

Sônia recebeu em sua conta bancária, por erro de digitação cometido por um desconhecido ao fazer uma transferência, a quantia de R$ 4.000,00. Percebeu o equívoco no mesmo dia, recebeu mensagem do remetente pedindo a devolução, mas não respondeu e gastou integralmente o valor na semana seguinte. Sônia não praticou nenhum ato para provocar ou manter o erro.

Considerando o Código Penal e a distinção entre os crimes patrimoniais pelo momento do dolo e pelo modo de obtenção da coisa, a autoridade policial deve concluir que

(A) Gilmar praticou apropriação indébita com aumento de pena; Rui, estelionato, pois a coisa lhe foi entregue pelo vendedor; e Sônia, apropriação de coisa havida por erro.

(B) Gilmar praticou apropriação indébita simples, sem aumento de pena; Rui, furto qualificado mediante fraude; e Sônia, apropriação de coisa havida por erro.

(C) Gilmar praticou apropriação indébita com aumento de pena; Rui, furto qualificado

mediante fraude; e Sônia, estelionato, por ter mantido a vítima em erro.

(D) Gilmar praticou apropriação indébita com aumento de pena; Rui, furto qualificado mediante fraude; e Sônia, apropriação de coisa havida por erro.

(E) Gilmar praticou apropriação indébita com aumento de pena; Rui, furto qualificado mediante fraude; e Sônia não praticou crime, por se tratar de ilícito civil.

Questão 06

O delegado de polícia de uma comarca do interior recebeu três inquéritos com dúvidas sobre a imputabilidade dos investigados.

Paulo, em uma confraternização de trabalho, bebeu um refrigerante ao qual colegas, sem que ele soubesse, haviam misturado grande quantidade de destilado. Completamente embriagado e, segundo o laudo, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, desferiu socos em um segurança, causando-lhe lesões leves.

Hugo, portador de transtorno mental que, conforme a perícia, reduzia sem suprimir sua capacidade de autodeterminação, subtraiu objetos de uma loja. O laudo recomendou especial tratamento curativo.

Davi, na véspera de completar 18 anos, esfaqueou a vítima com intenção de matá-la; a vítima permaneceu internada e morreu dezesseis dias depois, quando Davi já era maior de idade.

Ao relatar os procedimentos e analisar as consequências jurídicas das condutas, considerando as regras do Código Penal sobre imputabilidade, embriaguez e tempo do crime, a autoridade policial deve concluir que

(A) Paulo é isento de pena; Hugo poderá receber pena reduzida ou medida de segurança substitutiva, vedada a cumulação; e Davi responderá por ato infracional, e não pelo crime.

(B) Paulo responderá normalmente, porque a embriaguez não exclui a imputabilidade; Hugo poderá receber pena reduzida ou medida de segurança substitutiva; e Davi responderá por ato infracional.

(C) Paulo é isento de pena; Hugo deverá receber pena reduzida e, cumulativamente, medida de segurança, em razão do tratamento recomendado; e Davi responderá por ato infracional.

(D) Paulo é isento de pena; Hugo poderá receber pena reduzida ou medida de segurança substitutiva, vedada a cumulação; e Davi responderá pelo crime, porque a morte ocorreu após a maioridade.

(E) Paulo terá a pena reduzida de um a dois terços; Hugo poderá receber pena reduzida ou medida de segurança substitutiva, vedada a cumulação; e Davi responderá por ato infracional.

Questão 07

Ana e Bruno combinaram subtrair objetos de uma casa de veraneio que, segundo informações obtidas por Ana, estaria desocupada durante a semana. Ficou acertado que Bruno entraria sozinho e desarmado no imóvel, enquanto Ana permaneceria no carro, na esquina, para vigiar a rua e garantir a fuga. Os dois sabiam que o caseiro costumava passar pela casa em dias alternados, mas, ao conversarem sobre isso, descartaram a hipótese e combinaram que, se alguém aparecesse, Bruno fugiria sem levar nada.

Já no interior do imóvel, Bruno deparou-se com o caseiro e, para assegurar a subtração, imobilizou-o com cordas e trancou-o em um cômodo. Em seguida, levou dois televisores e um notebook para o carro. Ana, que nada viu, só soube da violência horas depois, quando ambos foram presos.

Considerando as regras do Código Penal sobre o concurso de pessoas, assinale a afirmativa correta quanto à responsabilidade penal de Ana.

(A) Responde pelo roubo praticado por Bruno, pois, adotada a teoria monista, todos os que concorrem para o crime respondem pela mesma infração.

(B) Responde pelo furto, com a pena reduzida de um sexto a um terço, por se tratar de participação de menor importância.

(C) Responde pelo furto, sem nenhum aumento de pena, porque não aderiu à violência e o resultado mais grave lhe era imprevisível.

(D) Responde pelo roubo, com a pena reduzida até a metade, porque o resultado mais grave lhe era apenas previsível.

(E) Responde pelo furto, com a pena aumentada até a metade, porque o resultado mais grave lhe era previsível.

Questão 08

João e Pedro entram em uma agência dos Correios, dirigem-se à caixa onde estão duas funcionárias e, mediante tapas e socos no rosto de ambas, subtraem o dinheiro que ali se encontra. Pedro porta um punhal durante a ação. A dupla de roubadores sai da agência e, enquanto monta na motocicleta estacionada em frente ao local, é presa em flagrante pela Polícia Militar. Considerados os fatos e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

(A) o crime praticado não é hediondo;

(B) o crime restou tentado, porque João e Pedro não alcançaram a posse mansa, pacífica e desvigiada do dinheiro subtraído;

(C) a gravidade inata do crime de roubo justifica a imposição de regime mais severo que o permitido segundo a pena aplicada;

(D) João e Pedro responderão por dois crimes de roubo em concurso formal, haja vista o emprego de violência contra duas pessoas;

(E) a multiplicidade de majorantes, por si só, constitui fundamento suficiente para aplicar uma elevação superior à fração mínima, na terceira fase de aplicação da pena.

Questão 09

Durante um mesmo plantão, o delegado de polícia analisou três ocorrências para decidir sobre a lavratura de auto de prisão, a instauração de inquérito e a capitulação dos fatos.

Na primeira, Leandro deixou sob a porta de uma loja um bilhete exigindo do comerciante a entrega de R$ 10.000,00, sob a ameaça de incendiar o estabelecimento. A vítima, atemorizada, procurou a polícia antes de efetuar qualquer pagamento, e Leandro foi identificado no dia seguinte.

Na segunda, Mauro e Nelson, em coautoria, obtiveram vantagem indevida de uma empresa por meio de fraude documental, sem violência ou grave ameaça. Antes do recebimento da denúncia, apenas Mauro, por ato voluntário, reparou integralmente o prejuízo da vítima com recursos próprios.

Na terceira, Osmar, durante discussão em via pública, investiu contra um desafeto com o propósito apenas de empurrá-lo, sem intenção de lesioná-lo, mas foi contido por terceiros antes de tocá-lo. Não houve qualquer lesão.

Considerando o Código Penal, a Lei das Contravenções Penais e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

(A) Leandro praticou extorsão tentada, porque não obteve a vantagem; a redução do arrependimento posterior alcança Mauro e Nelson; e a conduta de Osmar não é punível.

(B) Leandro praticou extorsão consumada; a redução do arrependimento posterior alcança apenas Mauro, por ser circunstância pessoal; e a conduta de Osmar não é punível.

(C) Leandro praticou extorsão consumada; a redução do arrependimento posterior alcança Mauro e Nelson; e Osmar responde por tentativa de vias de fato, com redução da pena.

(D) Leandro praticou extorsão consumada; a reparação integral do dano extingue a punibilidade de Mauro e de Nelson; e a conduta de Osmar não é punível.

(E) Leandro praticou extorsão consumada; a redução do arrependimento posterior alcança Mauro e Nelson; e a conduta de Osmar não é punível.

Questão 10

Uma delegacia especializada recebeu, no mesmo dia, três registros de ocorrência.

No primeiro, Rogério, de 35 anos, durante visita à casa de uma vizinha, aproveitou-se de um momento a sós com Bianca, filha dela, de 13 anos, e passou as mãos nos seios e nas nádegas da adolescente, por cima da roupa, com o propósito de satisfazer a própria lascívia. Ouvida, Bianca disse que já namorava um colega da escola e que não reagiu por medo.

No segundo, dentro de um ônibus lotado, Saulo, sem violência ou grave ameaça e sem nenhum outro contato físico, ejaculou sobre a perna de uma passageira que estava em pé ao seu lado e que percebeu o fato imediatamente.

No terceiro, Tales, professor universitário, passou a condicionar a aprovação de uma aluna de 22 anos em sua disciplina à prática de ato sexual, constrangendo-a reiteradamente com essa exigência durante o semestre, sem contato físico. A aluna recusou e registrou a ocorrência.

Considerando o Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, inclusive a firmada em recurso repetitivo, a autoridade policial deve concluir que

(A) Rogério praticou importunação sexual, porque não houve conjunção carnal nem contato por baixo da roupa; Saulo, importunação sexual; e Tales, assédio sexual.

(B) Rogério praticou estupro de vulnerável, salvo se demonstrada experiência sexual anterior da vítima; Saulo, importunação sexual; e Tales, assédio sexual.

(C) Rogério praticou estupro de vulnerável, sendo inviável a desclassificação para importunação sexual; Saulo, estupro, pela ausência de consentimento; e Tales, assédio sexual.

(D) Rogério praticou estupro de vulnerável, sendo inviável a desclassificação para importunação sexual; Saulo, importunação sexual; e Tales, assédio sexual.

(E) Rogério praticou estupro de vulnerável, sendo inviável a desclassificação para importunação sexual; Saulo, importunação sexual; e Tales não praticou crime, por falta de relação de emprego.

Questão 11

Gustavo e Juliana, cidadãos em situação de rua, dormindo todas as noites nas calçadas e debaixo de marquises, em determinada data, acabam mantendo relações sexuais no período noturno, mesmo cientes do risco de serem flagrados por algum transeunte. O ato sexual acaba sendo percebido por Flávia, que passava pelo local e que, imediatamente, aciona a guarda municipal. Gustavo e Juliana então são conduzidos para a Delegacia de Polícia onde é lavrado o termo circunstanciado classificando o fato no Art. 233 do Código Penal ("Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa"). Gustavo e Juliana acabam sendo liberados pela autoridade policial, após firmarem compromisso de comparecer ao juízo, nos moldes do Art. 69, parágrafo único, da Lei nº 9.099/1995. Designada audiência preliminar, não foi possível a proposta de transação penal, posto que Gustavo e Juliana já tinham aceitado, há menos de três anos, o mesmo direito (Art. 72 e 76, §2º, inciso II, da Lei nº 9.099/1995). Em data subsequente foi realizada audiência de instrução e julgamento (Art. 79 da Lei nº 9.099/1995), quando, após apresentação de defesa preliminar pelo defensor público, houve a oitiva das testemunhas de acusação e posterior interrogatório de Gustavo e Juliana. Em ato contínuo, o Ministério Público, em sua derradeira fala, pede a condenação de ambos. Aberta oportunidade de manifestação para a defesa técnica, diante de uma visão garantista do direito penal, deverá o defensor público, como tese principal, sustentar:

(A) erro de proibição indireto inescusável como causa excludente da culpabilidade e, portanto, Gustavo e Juliana deverão ser absolvidos nos moldes do Art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal;

(B) delito putativo por erro de proibição que afasta a tipicidade e, portanto, Gustavo e Juliana deverão ser absolvidos nos moldes do Art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal;

(C) a corresponsabilidade do Estado como causa supralegal excludente da culpabilidade e, portanto, Gustavo e Juliana deverão ser absolvidos nos moldes do Art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal;

(D) o erro de tipo essencial invencível (Art. 20, caput , do Código Penal) como causa excludente da tipicidade e, portanto, Gustavo e Juliana deverão ser absolvidos nos moldes do Art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal;

(E) o erro de proibição direto invencível como causa excludente da culpabilidade e, portanto, Gustavo e Juliana deverão ser absolvidos nos moldes do Art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal.

Questão 12

João foi ao mercado comprar ovos e aproveitou a oportunidade para esconder, dentro de sua mochila, duas peças de picanha e dez barras de chocolate. Em seguida, passou pela caixa e pagou pelos ovos. Na calçada do estabelecimento, João foi abordado pelo segurança, que notou a movimentação suspeita pelo sistema de câmeras, e acabou preso em flagrante. Os produtos subtraídos, avaliados em R$ 450,00, foram restituídos. No curso do processo, verificou-se que o réu responde a três ações penais pelo crime de furto. Considerando a situação descrita, é correto afirmar, segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores, que:

(A) a aferição da aplicabilidade do princípio da insignificância não deverá considerar as condições subjetivas desfavoráveis do réu, a menos que haja condenação transitada em julgado;

(B) a existência de câmeras de segurança, no interior do estabelecimento, torna o crime de furto impossível;

(C) para a consumação do crime de furto, exige-se a posse mansa, pacífica e desvigiada da res furtiva ;

(D) a restituição imediata e integral do bem furtado não constitui, por si só, motivo suficiente para a incidência do princípio da insignificância;

(E) deve-se reconhecer a atipicidade material da conduta de João, porque o valor dos bens subtraídos não alcança o valor do salário mínimo vigente à época dos fatos.

Questão 13

Bruno foi condenado em primeira instância pela prática do crime de roubo circunstanciado pelo concurso de agentes e emprego de arma de fogo (Art. 157, §2º, II e §2º-A, I do Código Penal) em concurso material com o crime de corrupção de menores (Art. 244-B da Lei nº 8.069/1990), cometido em 2019. O magistrado fixou a pena base do crime de roubo no mínimo legal, procedeu ao aumento de 1/3 pelo concurso de duas pessoas e, em seguida, aumentou em 2/3 pelo emprego de arma de fogo. Por fim, aplicou a regra do concurso material entre os crimes de roubo e corrupção de menores, porquanto o acusado, mediante mais de uma ação, praticou dois crimes de espécies distintas, que ofenderam bens jurídicos diversos, revelando desígnios autônomos nas ações de subtrair coisa alheia móvel e corromper menor de 18 anos. Analisando o caso à luz da atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

(A) a incidência cumulativa das causas de aumento do crime de roubo decorre de previsão legal, de modo que deve ser aplicada conforme a sentença; quanto ao concurso de crimes, deve ser reconhecido o crime único, eis que num mesmo contexto fático, com unidade de conduta e fim, só se vislumbra uma ação punível;

(B) a incidência cumulativa das causas de aumento do crime de roubo não é possível se a fundamentação do julgador fizer remissão à descrição típica das majorantes e à afirmação de serem circunstâncias distintas; quanto ao concurso de crimes, deve ser reconhecido o concurso formal entre os de roubo e corrupção de menores porque este independe da comprovação da efetiva corrupção do menor envolvido;

(C) a incidência cumulativa das causas de aumento do crime de roubo, conforme a sentença, não é possível porque caberia ao juiz fundamentar concretamente a opção pela cumulação; quanto ao concurso de crimes, deve ser reconhecido o concurso formal entre os de roubo e corrupção de menores porque, mediante uma única ação, o acusado praticou ambos os delitos, tendo a corrupção se dado em razão da prática do delito patrimonial;

(D) a incidência cumulativa das causas de aumento do crime de roubo, conforme a sentença, é possível, eis que o disposto no parágrafo único do Art. 68 do Código Penal (“No concurso de causas de aumento ou diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua”) constitui uma faculdade do julgador e não um dever legal; quanto ao concurso de crimes, deve ser reconhecido o concurso formal entre os de roubo e corrupção de menores porque este é crime formal;

(E) a incidência cumulativa das causas de aumento do crime de roubo, conforme a sentença, não é possível porque, na hipótese de concurso homogêneo de causas de aumento de pena da Parte Especial do Código Penal, devem elas refletir-se, separadamente, sobre a pena base, como se não existisse anterior causa de aumento; quanto ao concurso de crimes, deve ser reconhecido o concurso formal entre os de roubo e corrupção de menores, eis que o juiz não fundamentou de forma concreta a autonomia das condutas ou a precedência de uma em relação à outra.

Questão 14

Acerca do fenômeno do erro e suas consequências para a responsabilização penal, avalie as situações fáticas a seguir. I. Emílio é caçador e, em certa ocasião, no lusco-fusco do entardecer, notou que esquecera seus óculos de grau em casa, mas decidiu dar continuidade à caça. Deparou-se com Ribamar, agricultor que retornava de seu dia de trabalho, e, acreditando tratar-se de um animal selvagem, disparou sua arma e matou Ribamar. II. Cansado de pedir ao vizinho Júlio que não estacionasse em frente ao portão de sua casa, Cristiano danificou o para-brisa do veículo com um martelo, acreditando que o bem pertencia a Júlio. Contudo, Júlio é funcionário público e o veículo danificado é de propriedade do Estado. III. Durante uma discussão familiar, Vinícius atirou um cinzeiro na direção de seu irmão Carlos, mas atingiu e feriu Isadora, sua mãe. Sobre as situações fáticas apresentadas, assinale a afirmativa correta.

(A) Emílio responderá por homicídio doloso com redução de pena de 1/6 a 1/3, face à evitabilidade do erro.

(B) Cristiano será responsabilizado apenas civilmente, haja vista a ausência de previsão de dolo na modalidade de culpa.

(C) Vinícius responderá por lesão corporal praticada contra a mulher, no contexto de violência doméstica e familiar.

(D) Nas três hipóteses, observa-se erro de tipo.

(E) Na hipótese II, se os estilhaços do para-brisa ferissem Júlio, Cristiano responderia pelos crimes de dano e lesão corporal culposa em concurso formal.

Questão 15

No bojo de ação penal de iniciativa privada movida por Rodolfo e Selma (querelantes) em face de Tadeu e Ulisses (querelados), por crimes contra a honra praticados contra aqueles, Rodolfo fez juntar aos autos uma petição, na qual perdoou o querelado Tadeu, com quem firmara um acordo de reparação civil pelos danos causados pelo crime praticado contra si. O Juiz da causa determinou a intimação dos querelados, para que se manifestassem sobre a petição de Rodolfo. Em resposta, Tadeu aceitou o perdão, ao passo que Ulisses requereu que o perdão concedido a Tadeu se estendesse a ele, desde já o aceitando. Diante do caso narrado, deverá o Magistrado

(A) não declarar extinta a punibilidade dos fatos criminosos praticados contra Rodolfo e Selma e determinar o prosseguimento do processo.

(B) declarar extinta a punibilidade dos fatos criminosos praticados contra Rodolfo e Selma,

em relação a ambos os querelados, e determinar o arquivamento do processo.

(C) declarar extinta a punibilidade do fato criminoso praticado contra Rodolfo, em relação a ambos os querelados, e determinar o prosseguimento do processo quanto ao crime praticado contra Selma.

(D) declarar extinta a punibilidade do fato criminoso praticado contra Rodolfo, somente em relação ao querelado Tadeu, absolvendo-o, e determinar o prosseguimento do processo quanto ao querelado Ulisses.

(E) declarar extinta a punibilidade dos fatos criminosos praticados contra Rodolfo e Selma, somente em relação ao querelado Tadeu, e determinar o prosseguimento do processo quanto ao querelado Ulisses.

Questão 16

Sérgio e Renato voltavam para casa, quando dois rapazes se aproximaram, anunciaram o roubo e exigiram a entrega dos celulares. Um deles apontou um revólver na cara de Renato e determinou que não olhasse. As vítimas entregaram os objetos e saíram. Os rapazes voltaram e roubaram a bicicleta de Sérgio, com intimidação realizada mais uma vez, por meio do emprego de arma de fogo. As vítimas imediatamente acionaram a polícia, que logrou encontrar os agentes na posse de apenas um dos celulares, não havendo qualquer informação sobre o destino do outro aparelho, da bicicleta ou da arma de fogo. O prejuízo estimado foi de R$ 3.500,00. Os agentes foram denunciados pela prática do delito do Art. 157, §2º, inciso I, e §2º-A, inciso I, na forma do Art. 70, ambos do Código Penal. Ao prolatar sentença:

(A) deve ser afastada a incidência da majorante do emprego de arma de fogo, pois a falta de apreensão e perícia impede a verificação sobre a arma se encontrar desmuniciada ou inapta para efetuar disparos;

(B) a incidência da majorante do emprego de arma de fogo independe da apreensão e perícia no artefato utilizado para a prática do crime, desde que comprovada a sua utilização por outros meios idôneos de prova;

(C) a incidência da majorante do emprego de arma de fogo independe da apreensão e perícia no artefato utilizado para a prática do crime, diante da discricionariedade do juiz na apreciação dos elementos de convicção;

(D) a incidência da majorante do emprego de arma de fogo independe da apreensão e perícia no artefato utilizado para a prática do crime, sendo desnecessária a comprovação da sua utilização por outros meios idôneos de prova;

(E) deve ser afastada a incidência da majorante do emprego de arma de fogo, pois a falta de apreensão impede a verificação sobre o artefato tratar-se de simulacro.

Questão 17

Em curso de formação, um delegado de polícia apresentou aos novos policiais situações para ilustrar os princípios que limitam o poder punitivo do Estado e sua aplicação pelos tribunais superiores. Considerando a doutrina majoritária e a jurisprudência do STF e do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. O princípio da legalidade impede o uso da analogia para criar crimes ou agravar penas, mas não impede a analogia em benefício do réu, desde que haja lacuna involuntária da lei.

II. A norma penal em branco heterogênea, cujo complemento provém de ato infralegal, como a portaria que relaciona as substâncias consideradas drogas, ofende o princípio da reserva legal e não pode fundamentar condenação.

III. Embora o STJ tenha sumulado que o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública, o próprio tribunal o admite no descaminho quando o valor do tributo iludido não ultrapassa R$ 20.000,00.

IV. Segundo o STF, a reincidência não impede, por si só, o reconhecimento da insignificância, devendo a questão ser examinada à luz das circunstâncias do caso concreto.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) I, III e IV, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 18

Jonas, comerciante, compareceu à delegacia e relatou que Kátia e Lauro, em vídeo gravado em conjunto e publicado em rede social, afirmaram falsamente que ele havia se apropriado de doações arrecadadas para uma campanha beneficente, fato que sabiam ser inverídico, e ainda o chamaram de “ladrão e canalha”. Concluídas as diligências, foi oferecida queixa-crime contra ambos pelos crimes de calúnia e de injúria, recebida pelo juízo.

No curso do processo, antes da sentença, Kátia publicou novo vídeo, no mesmo perfil e com igual alcance, desmentindo de forma completa e inequívoca a imputação de fato criminoso e reconhecendo sua falsidade, e juntou petição aos autos comunicando o ato. Lauro manteve tudo o que

havia dito. Intimado, Jonas declarou que não aceitava a retratação, por considerá-la tardia e insuficiente para reparar o dano à sua imagem.

Considerando o Código Penal, assinale a afirmativa correta.

(A) Extingue-se a punibilidade de Kátia quanto à calúnia e à injúria, independentemente da aceitação de Jonas, prosseguindo o processo apenas em relação a Lauro.

(B) Extingue-se a punibilidade de Kátia e de Lauro quanto à calúnia, porque a retratação de um dos querelados aproveita aos demais, prosseguindo o processo quanto à injúria.

(C) Não se extingue a punibilidade de Kátia, porque a retratação é ato bilateral e só produz efeitos se aceita pelo ofendido, o que não ocorreu.

(D) Extingue-se a punibilidade de Kátia apenas quanto à calúnia, independentemente da aceitação de Jonas, prosseguindo o processo quanto à injúria e em relação a Lauro.

(E) Não se extingue a punibilidade de Kátia, porque a retratação só produz efeitos se feita antes do recebimento da queixa, e não no curso do processo.

Questão 19

Ao revisar relatórios de inquéritos sobre furtos em residências e estabelecimentos comerciais, o delegado de polícia corrigiu a capitulação proposta por sua equipe em vários casos e preparou um resumo das teses aplicáveis. Considerando o Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, inclusive a sumulada e a firmada em recurso repetitivo, analise as afirmativas a seguir.

I. A causa de aumento do furto praticado durante o repouso noturno não incide sobre a forma qualificada do crime.

II. É possível reconhecer o privilégio no furto qualificado, se o agente for primário, a coisa for de pequeno valor e a qualificadora for de ordem objetiva.

III. O furto qualificado pelo abuso de confiança admite o privilégio, desde que presentes a primariedade do agente e o pequeno valor da coisa subtraída.

IV. Para a qualificadora do rompimento de obstáculo, a prova testemunhal supre o exame pericial, ainda que os vestígios da violência à coisa permaneçam e possam ser periciados.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 20

Lívia foi contratada por um casal como babá de seu filho de três anos, com a obrigação de cuidar da criança durante o dia. Em uma tarde, Lívia percebeu que o menino caminhava sozinho em direção à piscina da casa, que estava descoberta. Irritada com a criança, que havia chorado a manhã inteira, decidiu não intervir, conformando-se com o que pudesse acontecer, e continuou a usar o celular. O menino caiu na água.

Otávio, vizinho do casal, assistiu à cena da janela de sua casa, a poucos metros do muro baixo que separava os imóveis. Embora pudesse, sem nenhum risco pessoal, gritar por socorro, pular o muro ou acionar o serviço de emergência, nada fez, por não querer “se envolver”.

A criança morreu afogada, e a perícia concluiu que a intervenção de qualquer um dos dois, nos primeiros minutos, teria evitado a morte.

Considerando o Código Penal, assinale a afirmativa correta.

(A) Lívia e Otávio respondem por homicídio doloso na forma comissiva por omissão, pois ambos podiam agir para evitar o resultado.

(B) Lívia responde por homicídio doloso na forma comissiva por omissão, e Otávio, por omissão de socorro com a pena triplicada.

(C) Lívia responde por omissão de socorro com a pena triplicada, e Otávio, por homicídio culposo na forma comissiva por omissão.

(D) Lívia responde por homicídio doloso na forma comissiva por omissão, e Otávio, por omissão de socorro com a pena aumentada de metade.

(E) Lívia responde por omissão de socorro com a pena triplicada, e Otávio não responde por crime, pois não tinha o dever de agir.

Direito Processual Penal

Questão 21

Em reunião de alinhamento entre a Delegacia de Crimes contra a Administração e a promotoria local, discutiram-se os reflexos dos princípios da ação penal pública sobre os inquéritos relatados e sobre a possibilidade de soluções negociadas. Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência do STF e do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. Pelo princípio da indisponibilidade, o Ministério Público não pode desistir da ação penal pública já proposta nem do recurso que haja interposto.

II. Por vigorar na ação penal pública a indivisibilidade, o oferecimento de denúncia contra apenas um dos investigados implica arquivamento implícito do inquérito em relação aos demais.

III. O acordo de não persecução penal, mitigação do princípio da obrigatoriedade, pressupõe, entre outros requisitos, infração sem violência ou grave ameaça, com pena mínima inferior a quatro anos, e confissão formal e circunstanciada do investigado.

IV. Segundo o STF, o acordo de não persecução penal pode ser aplicado a processos que já estavam em curso quando entrou em vigor a Lei nº 13.964/2019, desde que o pedido tenha sido formulado antes do trânsito em julgado.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e IV, apenas.
(D) I, III e IV, apenas.
(E) II, III e IV, apenas.

Questão 22

Em inquérito que apura um roubo a uma joalheria, o delegado de polícia planejou as diligências relativas a Henrique, apontado como um dos autores. Henrique foi intimado e não compareceu para o interrogatório. O delegado cogitou, então, as seguintes providências:

(1) expedir mandado de condução coercitiva para que Henrique fosse levado à delegacia e interrogado;

(2) determinar que Henrique participasse da reprodução simulada dos fatos, sob pena de responder por desobediência;

(3) exigir que Henrique fornecesse padrões gráficos de próprio punho para comparação com a letra de um bilhete encontrado no local;

(4) submeter Henrique, contra a sua vontade, a reconhecimento pessoal pelas vítimas, observadas as formalidades do art. 226 do Código de Processo Penal.

Dias depois, Henrique foi abordado por policiais e, para ocultar a existência de mandado de prisão contra si, apresentou-se com o nome de um primo, conduta que o delegado precisou capitular.

Considerando o princípio que veda a autoincriminação forçada, a jurisprudência do STF e as súmulas do STJ, é correto afirmar que o delegado

(A) pode adotar apenas a providência 4, e a atribuição de falsa identidade por Henrique configura o crime do art. 307 do Código Penal, ainda que praticada em situação de autodefesa.
(B) pode adotar as providências 1 e 4, porque a condução coercitiva para interrogatório é admitida se houver intimação anterior não atendida, e a falsa identidade configura crime.
(C) pode adotar as providências 3 e 4, porque o fornecimento de padrões gráficos é conduta passiva, e a falsa identidade configura crime, ainda que em autodefesa.
(D) pode adotar apenas a providência 4, mas a atribuição de falsa identidade por Henrique é atípica, por ter sido praticada em exercício de autodefesa.
(E) não pode adotar nenhuma das providências, porque o direito de não produzir prova contra si alcança também a participação passiva no reconhecimento pessoal.

Questão 23

Ao concluir investigações envolvendo agentes políticos, o delegado de polícia precisou identificar o juízo competente para receber os autos e apreciar suas representações por medidas cautelares. Considerando a Constituição Federal, as súmulas dos tribunais superiores e a jurisprudência atual do STF, analise as afirmativas a seguir.

I. O ex-deputado federal investigado por crime praticado durante o mandato e em razão das funções continua sujeito ao foro no STF, ainda que o inquérito tenha sido instaurado depois do término do mandato.

II. O deputado federal investigado por crime praticado antes da diplomação, sem relação com o mandato, deve ser processado e julgado pelo STF enquanto durar o mandato.

III. O prefeito investigado por desvio de verba repassada pela União e sujeita a prestação de contas perante órgão federal será processado e julgado pelo Tribunal Regional Federal.

IV. A competência por prerrogativa de função estabelecida exclusivamente pela Constituição estadual prevalece sobre a competência constitucional do Tribunal do Júri.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e IV, apenas.
(E) I, III e IV, apenas.

Questão 24

Em uma mesma semana, chegaram ao gabinete do delegado de polícia titular de uma delegacia distrital quatro expedientes.

O primeiro era um e-mail anônimo afirmando que um servidor municipal identificado recebia propina para liberar alvarás, sem qualquer documento ou indicação de outras fontes.

O segundo era ofício do Ministério Público requisitando a instauração de inquérito para apurar crime ambiental de ação penal pública incondicionada, com descrição mínima do fato e da autoria.

O terceiro era requerimento de instauração de inquérito apresentado pela suposta vítima de um crime de ação penal pública incondicionada; o delegado, após análise, concluiu que o fato narrado era manifestamente atípico.

O quarto era notícia, trazida por um vizinho, de que Valéria teria sido vítima de injúria praticada pelo síndico do prédio; Valéria, procurada, disse que não tinha interesse em qualquer providência.

Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa que indica a conduta juridicamente adequada do delegado.

(A) Instaurar inquérito com base no e-mail anônimo, instaurar o requisitado, indeferir o requerimento da vítima com recurso ao chefe de Polícia e instaurar de ofício o da injúria, por ser crime contra a honra.

(B) Realizar diligências preliminares sobre o e-mail anônimo, instaurar o requisitado, indeferir o requerimento da vítima com recurso ao chefe de Polícia e não instaurar o da injúria sem requerimento de Valéria.

(C) Realizar diligências preliminares sobre o e-mail anônimo, recusar a requisição por falta de provas, indeferir o requerimento da vítima com recurso ao chefe de Polícia e não instaurar o da injúria.

(D) Realizar diligências preliminares sobre o e-mail anônimo, instaurar o requisitado, encaminhar o requerimento da vítima ao juiz para decidir sobre a instauração e não instaurar o da injúria.

(E) Arquivar de plano o e-mail anônimo, instaurar o requisitado, indeferir o requerimento da vítima com recurso ao chefe de Polícia e não instaurar o da injúria sem requerimento de Valéria.

Questão 25

Alex, preso preventivamente, foi sentenciado e condenado a cinco anos e quatro meses pelo crime de roubo majorado pelo concurso de pessoas (Art. 157, §2º, inciso II, do Código Penal). O advogado do réu foi intimado do inteiro teor da sentença condenatória em 07/07/2023 e não interpôs apelação. Alex, pessoalmente intimado em 17/07/2023, informou ao oficial de justiça que queria recorrer da decisão e solicitou atendimento da Defensoria Pública, tendo o servidor público prontamente certificado as declarações do réu. Os autos foram remetidos à Defensoria Pública em 25/07/2023, tendo a apelação com razões sido juntada ao processo em 10/08/2023. O juízo não recebeu o recurso sob o argumento de que este seria intempestivo, em razão do decurso do prazo para defesa técnica que ocorreu em 14/07/2023 A decisão do magistrado, no caso:

(A) foi acertada. O recurso foi intempestivo, porquanto a defesa técnica deixou transcorrer in albis o prazo de interposição, não podendo a marcha processual retroagir, ainda que o réu tenha solicitado o atendimento da Defensoria Pública;

(B) suprimiu direito de defesa de Alex. A lei garante ao réu capacidade postulatória autônoma para interposição de apelação, tendo sido esta efetuada no momento que declarou o seu desejo de recorrer ao oficial de justiça, sendo os autos remetidos à Defensoria Pública apenas para apresentação de razões;

(C) foi acertada. O recurso foi intempestivo, porquanto, ainda que a lei garanta ao réu capacidade postulatória autônoma para interposição de apelação, a Defensoria Pública apresentou as razões de apelação intempestivamente, fora do prazo de oito dias, por se tratar de prazo próprio;

(D) suprimiu prerrogativa da Defensoria Pública. Ante a vulnerabilidade do réu e o abandono do processo pelo advogado particular, a marcha processual pode retroagir para garantir seu direito a ampla defesa, tendo o órgão ministerial interposto a apelação no prazo legal;

(E) foi acertada. A certidão emitida pelo oficial de justiça registrando o desejo de recorrer do réu não tem validade jurídica como interposição de apelação, portanto, a Defensoria Pública perdeu o prazo de cinco dias para o protocolo do referido recurso.

Questão 26

João, Delegado de Polícia, recebe denúncia anônima no sentido de que na Rua XYZ, próximo ao número 123, haveria um grande depósito, contendo, em seu interior, centenas de discos clássicos que consistem em reproduções totais de obras artísticas de profissional brasileiro consagrado pela crítica especializada. Com efeito, após apurar a verossimilhança do alegado, a autoridade policial obtém, em juízo, mandado de busca e apreensão, vindo a constatar, in loco , que as informações recebidas eram fidedignas. Sobre a hipótese narrada, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o processo e julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial, assinale a afirmativa correta.

(A) A autoridade policial procederá à apreensão dos bens ilicitamente reproduzidos, em sua totalidade, juntamente com os equipamentos, suportes e materiais que possibilitaram a sua existência, desde que sejam bens cujo fabrico constitua fato ilícito.

(B) Ressalvada a possibilidade de se preservar o corpo de delito, o juiz poderá determinar, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público ou do ofendido, a destruição dos bens apreendidos, desde que não haja impugnação quanto à sua ilicitude.

(C) No caso de haver o crime deixado vestígio, a denúncia não será recebida se não for instruída com o exame pericial dos objetos que constituam o corpo de delito, vedando-se a realização de perícia do produto apreendido por amostragem.

(D) Na ocasião da apreensão será lavrado termo, assinado por três ou mais testemunhas, com a descrição de todos os bens apreendidos e as informações sobre suas origens, o qual deverá integrar o inquérito policial ou o processo.

(E) Após a apreensão, será realizada, por perito oficial, ou, na falta deste, por pessoa tecnicamente habilitada, perícia sobre todos os bens apreendidos e elaborado o laudo que deverá integrar o inquérito policial ou o processo.

Questão 27

Fabrício foi condenado por estelionato a pena de dois anos de reclusão. Durante a instrução, ocorreram três episódios.

No primeiro, seu advogado constituído apresentou alegações finais sucintas, limitadas a pedir a absolvição por insuficiência de provas, sem enfrentar ponto a ponto a prova acusatória; não se demonstrou que uma defesa mais extensa teria alterado o resultado.

No segundo, a própria defesa insistiu, contra a manifestação do Ministério Público, na oitiva por carta precatória de testemunha residente em outra comarca e, depois, alegou nulidade porque essa testemunha foi ouvida antes de outra testemunha de acusação.

No terceiro, a citação foi realizada sem algumas formalidades legais, mas Fabrício compareceu espontaneamente, apresentou resposta à acusação e participou de todos os atos.

Apenas o Ministério Público apelou, pedindo exclusivamente o aumento da pena. O tribunal, ao examinar o recurso, identificou de ofício o vício da citação, anulou todo o processo a partir dela e determinou novo julgamento.

Considerando o Código de Processo Penal e as súmulas do STF, assinale a afirmativa correta.

(A) Não há nulidade a reconhecer nos três episódios, e o tribunal não poderia anular o processo, por se tratar de nulidade contra o réu não arguida no recurso da acusação.

(B) A defesa pode arguir a nulidade relativa à ordem de oitiva das testemunhas, porque a inversão viola o contraditório, e o tribunal agiu corretamente.

(C) Não há nulidade a reconhecer nos três episódios, e o tribunal agiu corretamente, pois a nulidade absoluta pode ser reconhecida de ofício a qualquer tempo.

(D) O processo é nulo pela deficiência da defesa nas alegações finais, que equivale à falta de defesa e independe da prova de prejuízo, e o tribunal agiu corretamente.

(E) Apenas o vício da citação gera nulidade, por ser absoluta, e o tribunal agiu corretamente, já que o comparecimento espontâneo não sana a falta de formalidade.

Questão 28

O Ministério Público ofereceu denúncia contra Michel pela prática de crime contra a honra de servidor público, em razão de suas funções. O juiz, contudo, rejeitou a peça acusatória sob o fundamento de falta de justa causa. O Ministério Público não interpôs recurso em sentido estrito para impugnar a decisão. Diante disso, a vítima – Vanessa – requereu sua pronta habilitação como assistente de acusação, o que foi deferido pelo magistrado. Em seguida, ela interpôs o respectivo recurso. Diante do cenário descrito e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) É desnecessária a intimação do acusado para apresentação de contrarrazões ao recurso, bastando a nomeação de defensor dativo. Ademais, o recurso interposto pela assistente de

acusação deve ser inadmitido, pois lhe falta legitimidade recursal para impugnar decisão de rejeição da denúncia, conforme artigo 271 do Código de Processo Penal.

(B) O acusado deve ser intimado para apresentar contrarrazões ao recurso interposto, sob pena de nulidade, não bastando a nomeação de defensor dativo. Ademais, o recurso interposto pela assistente de acusação deve ser inadmitido, pois lhe falta legitimidade recursal para impugnar decisão de rejeição da denúncia, conforme artigo 271 do Código de Processo Penal.

(C) O acusado deve ser intimado para apresentar contrarrazões ao recurso interposto, sob pena de nulidade, não bastando a nomeação de defensor dativo. Ademais, o recurso interposto pela assistente de acusação deve ser inadmitido, pois a habilitação ocorreu após a decisão impugnada.

(D) A assistente de acusação tem legitimidade recursal na hipótese. O acusado deve ser intimado para apresentar contrarrazões ao recurso, sob pena de nulidade, não bastando a nomeação de defensor dativo.

(E) A assistente de acusação tem legitimidade recursal na hipótese. Ademais, é desnecessária a intimação do acusado para apresentação de contrarrazões ao recurso, bastando a nomeação de defensor dativo.

Questão 29

Em processo por lesão corporal grave, o juiz proferiu sentença absolutória por insuficiência de provas. O Ministério Público foi intimado e deixou transcorrer o prazo sem recorrer. Patrícia, a vítima, que não havia se habilitado como assistente de acusação durante a instrução, procurou advogado e pretende apelar para obter a condenação do réu.

Em outro processo, por tentativa de homicídio, Raimundo, irmão da vítima, que morreu meses depois por causa sem relação com o crime, foi regularmente habilitado como assistente de acusação. No curso da instrução, o juiz revogou a prisão preventiva do acusado e lhe concedeu liberdade provisória com medidas cautelares diversas; o Ministério Público concordou com a decisão. Raimundo pretende recorrer para restabelecer a prisão.

No mesmo processo, ao final, o réu foi condenado, e o Ministério Público, intimado, não apelou. Raimundo pretende apelar para aumentar a pena aplicada.

Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

(A) Patrícia pode apelar no prazo de cinco dias, contado da intimação dela; Raimundo pode recorrer da liberdade provisória, mas não pode apelar para aumentar a pena.

(B) Patrícia não pode apelar, pois não se habilitou como assistente antes da sentença; Raimundo não pode recorrer da liberdade provisória, mas pode apelar para aumentar a pena.

(C) Patrícia pode apelar no prazo de quinze dias, contado do fim do prazo do Ministério Público; Raimundo pode recorrer da liberdade provisória e apelar para aumentar a pena.

(D) Patrícia pode apelar no prazo de quinze dias, contado do fim do prazo do Ministério Público; Raimundo não pode recorrer da liberdade provisória nem apelar para aumentar a pena.

(E) Patrícia pode apelar no prazo de quinze dias, contado do fim do prazo do Ministério Público; Raimundo não pode recorrer da liberdade provisória, mas pode apelar para aumentar a pena.

Questão 30

Marcos, funcionário público estadual, é investigado pela prática do crime de patrocínio de contratação indevida, por instaurar licitação, em junho de 2021, com o objetivo de favorecer os interesses de uma empresa privada junto à Administração Pública. Descoberto o patrocínio irregular, a licitação vem a ser invalidada pelo poder público. Assim é que, concluídas as investigações, sem que o funcionário admita o cometimento da infração, o Ministério Público oferece denúncia imputando a Marcos a prática do crime descrito no Art. 337-G do Código Penal, com a redação dada pela Lei nº 14.133/21. A pena cominada ao delito em questão é de reclusão de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa. Considerando apenas os dados apresentados, assinale a afirmativa correta.

(A) Caberia proposta de transação penal, por se tratar de crime de menor potencial ofensivo, nos termos da Lei nº 9.099/95.

(B) Caberia proposta de suspensão condicional do processo por dois a quatro anos, mesmo que o crime não seja de menor potencial ofensivo, já que a pena privativa de liberdade mínima cominada é inferior a um ano.

(C) Não caberia nem a transação penal nem a suspensão condicional do processo, já que o crime em questão não é de menor potencial ofensivo, nos termos da Lei nº 9.099/95.

(D) Caberia, no caso, a suspensão condicional do processo, pelo período de dois a quatro anos, pois a pena privativa de liberdade máxima cominada ao delito é inferior a quatro anos.

(E) Embora não caiba a transação penal, seria admissível a suspensão condicional do processo

por um a três anos, já que a pena privativa de liberdade mínima cominada é inferior a um ano.

Questão 31

O delegado de polícia conduz dois inquéritos.

No primeiro, apura-se tráfico de drogas praticado por grupo que armazena entorpecentes em imóveis alugados em nome de terceiros. Há fundadas razões de autoria em relação a Silas, e os elementos colhidos demonstram que sua prisão é imprescindível para localizar os depósitos, porque ele vem orientando comparsas a esvaziá-los.

No segundo, apura-se furto qualificado mediante escalada em uma loja de departamentos, com fundadas razões de autoria em relação a Tiago, que não possui residência fixa.

Ao analisar o primeiro caso, o juiz de plantão afirmou que, se não houvesse representação policial, decretaria de ofício a prisão temporária de Silas, diante da gravidade do caso.

Cumprido o mandado de prisão temporária de Silas, expedido pelo prazo máximo inicial cabível, aproximava-se o último dia sem que houvesse decisão de prorrogação ou decretação de preventiva comunicada à autoridade policial.

Considerando a Lei nº 7.960/1989, a Lei nº 8.072/1990 e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

(A) Cabe temporária de Silas por trinta dias, prorrogáveis por igual período, e de Tiago, pela falta de residência fixa; o juiz poderia decretá-la de ofício; ao fim do prazo, Silas deve ser solto imediatamente.

(B) Cabe temporária de Silas por cinco dias, prorrogáveis por igual período, e não de Tiago; o juiz não poderia decretá-la de ofício; ao fim do prazo, Silas deve ser solto imediatamente, sem nova ordem judicial.

(C) Cabe temporária de Silas por trinta dias, prorrogáveis por igual período, e não de Tiago; o juiz não poderia decretá-la de ofício; ao fim do prazo, Silas deve ser solto imediatamente, sem nova ordem judicial.

(D) Cabe temporária de Silas por trinta dias, prorrogáveis por igual período, e não de Tiago; o juiz não poderia decretá-la de ofício; ao fim do prazo, a soltura de Silas depende de alvará expedido pelo juiz.

(E) Cabe temporária de Silas por trinta dias, prorrogáveis por igual período, e não de Tiago; o juiz poderia decretá-la de ofício, por se tratar de crime equiparado a hediondo; ao fim do prazo, Silas deve ser solto.

Questão 32

O delegado de polícia lavrou termos circunstanciados em diversas ocorrências de um fim de semana e, depois, acompanhou o andamento dos procedimentos no Juizado Especial Criminal, para orientar sua equipe sobre a atuação policial e sobre as hipóteses em que o caso deixa o juizado. Considerando a Lei nº 9.099/1995 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

I. No concurso de infrações, a competência do Juizado é aferida pela soma das penas máximas, no concurso material, ou pela aplicação da exasperação, no concurso formal e no crime continuado; ultrapassado o limite de dois anos, afasta-se a competência do Juizado.

II. Não encontrado o autor do fato para ser citado pessoalmente, o juiz do Juizado determinará sua citação por edital, prosseguindo o feito no rito sumaríssimo.

III. Se a complexidade ou as circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer o encaminhamento das peças existentes ao juízo comum.

IV. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) III e IV, apenas.

(C) I, II e IV, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Questão 33

Três pedidos de revisão criminal chegaram ao Tribunal de Justiça na mesma semana.

No primeiro, Úrsula, filha de Vicente, condenado por roubo em sentença transitada em julgado, que cumpriu integralmente a pena e morreu anos depois, ajuizou a revisão com base em prova nova: um terceiro confessou a autoria, com elementos que a confirmam. Pediu, ainda, o reconhecimento do direito a justa indenização pelos prejuízos sofridos.

No segundo, o Ministério Público ajuizou revisão contra sentença absolutória transitada em julgado, apresentando laudo pericial novo que demonstra, com segurança, a autoria do réu absolvido.

No terceiro, Wellington, condenado por estelionato, ajuizou nova revisão criminal reproduzindo os

mesmos fundamentos e as mesmas provas de pedido revisional anterior, já julgado improcedente.

Considerando o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) a primeira revisão é cabível, inclusive quanto à indenização; a segunda é incabível, porque a revisão só se admite em favor do condenado; e a terceira é inadmissível, por mera reiteração sem novas provas.

(B) a primeira revisão é incabível, porque a pena já foi extinta pelo cumprimento e pela morte; a segunda é incabível; e a terceira é inadmissível, por mera reiteração sem novas provas.

(C) a primeira revisão é cabível, inclusive quanto à indenização; a segunda é cabível, porque fundada em prova nova; e a terceira é inadmissível, por mera reiteração sem novas provas.

(D) a primeira revisão é cabível, mas a indenização deve ser buscada apenas em ação própria no juízo cível; a segunda é incabível; e a terceira é inadmissível.

(E) a primeira revisão é cabível, inclusive quanto à indenização; a segunda é incabível; e a terceira é admissível, pois a revisão pode ser requerida a qualquer tempo.

Questão 34

Acerca da teoria geral da prova, segundo o Código de Processo Penal, avalie as afirmativas a seguir. I. O Juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas. II. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas aquelas obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. III. Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente. Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

Questão 35

João e José são investigados por clonar cartões eletrônicos de banco e desviar os valores mantidos nas contas correntes de suas vítimas. No curso da investigação, a autoridade policial representa ao juiz competente, requerendo o deferimento de mandados de busca e apreensão nas residências dos investigados, aduzindo que tal medida é imprescindível à investigação. Requer ademais que seja decretada a prisão temporária de todos os investigados, pelos seguintes fundamentos: i) a prisão é necessária para que os mandados de busca e apreensão possam ser cumpridos sem interferência dos investigados, bem como para que o material apreendido possa ser periciado; ii) a prisão é necessária para que o delegado de polícia possa colher o depoimento dos investigados separadamente, sendo que o depoimento dos investigados presos costuma ser mais produtivo, tendo em vista a propensão de confessarem. O juiz defere ambas as medidas, acolhendo as razões sustentadas pela autoridade policial. Os investigados são presos e prestam depoimento confessando sua participação nos fatos investigados. Considerando a narrativa acima, no que tange à decretação da prisão temporária, analise as teses defensivas a seguir. I. A busca e apreensão pode ser conduzida sem a necessidade de decretação da prisão das pessoas atingidas. Não se pode presumir que a pessoa atingida pela busca vai adotar algum comportamento que prejudique o bom andamento da diligência. Se o investigado adotar algum comportamento recalcitrante, pode ser preso em flagrante pela autoridade policial por desobediência, desacato ou resistência. Assim, não se pode presumir que a prisão é imprescindível para o cumprimento de mandados de busca e apreensão. II. Não se pode decretar prisão temporária para garantir postura colaborativa do investigado, para pressioná-lo a fim de obter confissão. Tal fundamento da prisão temporária viola o direito de não se autoincriminar. III. A prisão temporária não pode ser decretada no curso do inquérito policial, devendo o juiz ter decretado (caso entendesse presentes os requisitos legais) a prisão preventiva. Assinale a opção que indica as teses adequadas.

(A) I e II, somente.

(B) I e III, somente.

(C) II e III, somente.

(D) II, somente.

(E) I, II e III.

Questão 36

Ao assumir uma delegacia com grande acervo, o delegado de polícia classificou três inquéritos pela urgência de conclusão.

No primeiro, instaurado na Justiça Estadual, Xavier está preso em flagrante por tráfico de drogas. A investigação ainda depende de laudo definitivo e da análise de dados de celulares apreendidos, autorizada judicialmente.

No segundo, Yago está preso preventivamente por homicídio qualificado. O prazo legal de conclusão do inquérito foi ultrapassado em poucos dias, porque o laudo cadavérico complementar atrasou; a defesa pediu o relaxamento imediato da prisão apenas com base no excesso.

No terceiro, apura-se furto de alta complexidade, com indiciado solto, e o prazo legal está para vencer sem que diligências essenciais tenham sido concluídas.

Considerando o Código de Processo Penal, a Lei nº 11.343/2006 e a jurisprudência do STF sobre prazos na investigação, assinale a afirmativa correta.

(A) O inquérito de Xavier deve ser concluído em dez dias, sem prorrogação; o excesso de prazo no caso de Yago gera relaxamento automático; e, no furto, o delegado pode requerer ao juiz a devolução dos autos para diligências.

(B) O inquérito de Xavier tem prazo de trinta dias, que o juiz pode duplicar mediante pedido justificado do delegado, ouvido o MP; o excesso de prazo no caso de Yago gera relaxamento automático; e, no furto, cabe requerer a devolução dos autos.

(C) O inquérito de Xavier tem prazo de noventa dias, por se tratar de tráfico; o excesso de prazo no caso de Yago não gera relaxamento automático; e, no furto, o delegado pode requerer ao juiz a devolução dos autos para diligências.

(D) O inquérito de Xavier tem prazo de trinta dias, que o juiz pode duplicar mediante pedido justificado do delegado, ouvido o MP; o excesso no caso de Yago não gera relaxamento automático; e, no furto, cabe requerer a devolução dos autos.

(E) O inquérito de Xavier tem prazo de trinta dias, que o próprio delegado pode prorrogar por igual período; o excesso no caso de Yago não gera relaxamento automático; e, no furto, cabe requerer a devolução dos autos.

Questão 37

Em palestra a delegados recém-empossados sobre o impacto do Pacote Anticrime na atuação judicial durante a investigação e o processo, foram apresentadas as afirmativas a seguir. Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência do STF e do STJ, analise-as.

I. É vedado ao juiz decretar a prisão preventiva de ofício, inclusive ao converter a prisão em flagrante em preventiva, sendo necessária a provocação do Ministério Público, do querelante, do assistente ou a representação da autoridade policial.

II. Segundo o STF, a previsão de estrutura acusatória do processo penal não impede que o juiz, pontualmente e nos limites legalmente autorizados, determine a realização de diligências suplementares para dirimir dúvida sobre questão relevante para o julgamento do mérito.

III. O princípio da identidade física do juiz tem caráter absoluto, de modo que é nula a sentença proferida por magistrado diverso do que presidiu a instrução, ainda que este tenha sido promovido.

IV. Viola o princípio do juiz natural o julgamento de recurso por órgão fracionário de tribunal composto majoritariamente por juízes de primeiro grau convocados.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 38

A Polícia Civil investigava três fatos que, ao final, revelaram autores com prerrogativa de foro.

No primeiro, Zélia, promotora de Justiça do Estado, matou o ex-marido durante uma discussão em sua residência, fato sem qualquer relação com suas funções.

No segundo, Amauri, também promotor de Justiça do mesmo Estado, praticou crime de competência da Justiça Federal, sem relação com o cargo.

No terceiro, Benício, desembargador do Tribunal de Justiça, praticou lesão corporal contra um vizinho em briga de trânsito, igualmente sem relação com as funções.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF e do STJ, o delegado deve concluir que a competência para processar e julgar os fatos é, respectivamente,

(A) do Tribunal do Júri, por prevalecer a competência constitucional para os crimes dolosos contra a vida; do Tribunal de Justiça; e do Superior Tribunal de Justiça.

(B) do Tribunal de Justiça; do Tribunal Regional Federal, por se tratar de crime federal; e do Superior Tribunal de Justiça.

(C) do Tribunal de Justiça; do Tribunal de Justiça; e do juízo criminal de primeiro grau, por ausência

de relação do crime com o cargo.

(D) do Tribunal de Justiça; do Tribunal de Justiça; e do Superior Tribunal de Justiça.

(E) do Tribunal de Justiça; do Tribunal de Justiça; e do Supremo Tribunal Federal.

Questão 39

O delegado de polícia acompanhou o desfecho de três procedimentos originados de sua delegacia.

No primeiro, Caetano aceitou proposta de transação penal, homologada pelo juiz, mas descumpriu integralmente as condições. O Ministério Público pretende retomar a persecução.

No segundo, Dirceu foi denunciado por dois crimes em concurso material, cada um com pena mínima de oito meses de reclusão. Primário e sem outros processos, pleiteia a suspensão condicional do processo.

No terceiro, Edson foi denunciado por crime continuado, composto de três delitos idênticos, cada qual com pena mínima de dez meses. Primário e sem outros processos, também pleiteia o benefício. O promotor recusou a proposta, e o juiz discordou da recusa.

Considerando a Lei nº 9.099/1995 e as súmulas do STF e do STJ, assinale a afirmativa correta.

(A) Caetano não pode mais ser processado, pois a homologação faz coisa julgada material; Dirceu não tem direito à suspensão; e Edson, em tese, preenche o requisito da pena mínima, devendo o juiz aplicar o art. 28 do CPP.

(B) O MP pode oferecer denúncia contra Caetano; Dirceu tem direito à suspensão, pois cada pena mínima isolada é inferior a um ano; e Edson, em tese, preenche o requisito, devendo o juiz aplicar o art. 28 do CPP.

(C) O MP pode oferecer denúncia contra Caetano; Dirceu não tem direito à suspensão; e Edson não preenche o requisito, porque a pena mínima com o aumento máximo do crime continuado supera um ano.

(D) O MP pode oferecer denúncia contra Caetano; Dirceu não tem direito à suspensão; e Edson, em tese, preenche o requisito, podendo o próprio juiz oferecer a proposta diante da recusa do promotor.

(E) O MP pode oferecer denúncia contra Caetano; Dirceu não tem direito à suspensão; e Edson, em tese, preenche o requisito da pena mínima, devendo o juiz aplicar o art. 28 do CPP.

Questão 40

Recebida a denúncia contra três acusados de receptação qualificada, investigados em inquérito conduzido pela Polícia Civil, ocorreu o seguinte.

Felipe foi procurado pelo oficial de justiça em três ocasiões. O oficial certificou que ele estava em casa, mas mandava dizer que tinha saído. Procedeu-se à citação por hora certa, e Felipe não apresentou resposta.

Gerson não foi localizado em nenhum dos endereços conhecidos, e a citação foi feita por edital. Ele não compareceu nem constituiu advogado. O Ministério Público requereu a produção antecipada da prova testemunhal, alegando apenas que o tempo prejudicaria a memória das testemunhas.

Helton, que estava preso em penitenciária do mesmo Estado em razão de outro processo, foi citado por edital, porque o oficial não o encontrou em seu endereço residencial.

Considerando o Código de Processo Penal e as súmulas do STF e do STJ, assinale a afirmativa correta.

(A) Em relação a Felipe, suspendem-se o processo e a prescrição; quanto a Gerson, a produção antecipada deve ser deferida pelo risco natural do esquecimento; e é nula a citação de Helton.

(B) Quanto a Felipe, o processo deve ser suspenso até que ele seja localizado; a produção antecipada em relação a Gerson exige fundamentação concreta; e é nula a citação de Helton.

(C) Quanto a Felipe, nomeia-se defensor e o processo prossegue; a produção antecipada requerida em relação a Gerson exige fundamentação concreta; e a citação de Helton é válida, se publicada corretamente.

(D) Quanto a Felipe, nomeia-se defensor e o processo prossegue; a produção antecipada requerida em relação a Gerson deve ser deferida pelo mero decurso do tempo; e é nula a citação de Helton.

(E) Quanto a Felipe, nomeia-se defensor e o processo prossegue; a produção antecipada requerida em relação a Gerson exige fundamentação concreta, não bastando o decurso do tempo; e é nula a citação de Helton.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 41

Durante a investigação de um crime doloso praticado por condenado que cumpria pena em regime semiaberto, o delegado de polícia comunicou o fato ao juízo da execução, que passou a examinar os reflexos disciplinares da conduta. Considerando a Lei de Execução Penal, as súmulas do Superior Tribunal de Justiça e a tese fixada pelo STF em repercussão geral, analise as afirmativas a seguir.

I. O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apurar o fato.

II. A prática de falta grave interrompe o prazo para a obtenção do livramento condicional, reiniciando-se a contagem a partir da data da infração.

III. A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime, reiniciando-se a partir da data da infração.

IV. A oitiva do condenado pelo juízo da execução, em audiência de justificação realizada na presença do defensor e do Ministério Público, afasta a necessidade de prévio procedimento administrativo disciplinar.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 42

Em uma noite de fiscalização, policiais civis conduziram à delegacia três pessoas, e o delegado de polícia precisou decidir sobre a autuação de cada uma.

Fábio foi abordado dirigindo seu automóvel com um revólver calibre .38, de uso permitido, sem registro e sem porte, guardado sob o banco do motorista. A arma estava desmuniciada e não havia munição no veículo. O laudo preliminar atestou que o revólver estava apto a disparar.

Guilherme teve sua casa vistoriada em cumprimento de mandado de busca expedido em outra investigação, e os policiais encontraram, no armário do quarto, uma pistola de uso permitido, sem registro, com a numeração de série suprimida por lixamento.

Heitor, primário, sem antecedentes e sem envolvimento com qualquer outro crime, trazia no bolso um único cartucho calibre .38, intacto e desacompanhado de arma, que dizia guardar como lembrança do pai, ex-vigilante.

Considerando a Lei nº 10.826/2003 e a jurisprudência do STF e do STJ, o delegado deve concluir que

(A) Fábio não praticou crime, por estar a arma desmuniciada; Guilherme praticou posse de arma com numeração suprimida, crime não hediondo; e a conduta de Heitor é materialmente atípica.

(B) Fábio praticou porte ilegal de arma de uso permitido; Guilherme praticou posse irregular de arma de uso permitido, por estar em sua residência; e a conduta de Heitor é materialmente atípica.

(C) Fábio praticou porte ilegal de arma de uso permitido; Guilherme praticou posse de arma com numeração suprimida, crime hediondo; e a conduta de Heitor é materialmente atípica.

(D) Fábio praticou porte ilegal de arma de uso permitido; Guilherme praticou posse de arma com numeração suprimida, crime não hediondo; e a conduta de Heitor é materialmente atípica.

(E) Fábio praticou porte ilegal de arma de uso permitido; Guilherme praticou posse de arma com numeração suprimida, crime não hediondo; e Heitor praticou porte ilegal de munição.

Questão 43

Na rotina de uma Delegacia da Mulher, a equipe tinha dúvidas recorrentes sobre o alcance da Lei nº 11.340/2006 e sobre as medidas protetivas de urgência, especialmente em relacionamentos encerrados e em casos ainda sem inquérito instaurado. Considerando a lei, as súmulas do STJ e a tese firmada por esse tribunal em recurso repetitivo, analise as afirmativas a seguir.

I. A configuração da violência doméstica e familiar contra a mulher não exige a coabitação entre o autor e a vítima.

II. Na lesão corporal leve praticada contra a mulher no ambiente doméstico, é possível substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, se o condenado for primário e a pena não superar quatro anos.

III. As medidas protetivas de urgência devem ter prazo certo fixado pelo juiz, sob pena de configurar constrangimento ilegal ao suposto agressor.

IV. As medidas protetivas de urgência podem ser concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 44

Uma operação da Polícia Civil gerou quatro ocorrências que chegaram ao delegado de plantão.

Joel, que havia semanas era observado vendendo cocaína na porta de um bar, com registros em vídeo de diversas vendas, vendeu dez gramas da droga a um policial disfarçado de usuário e foi preso no ato.

Kauã e Lúcio, que não se conheciam antes, foram contratados uma única vez por terceiro para transportar, juntos, uma carga de maconha entre duas cidades, e foram presos durante o trajeto.

Mateus foi detido no saguão do aeroporto de Curitiba, antes do embarque, com cocaína oculta na mala e passagem comprada para Lisboa.

Nuno foi abordado com 25 gramas de maconha divididas em porções iguais, balança de precisão, embalagens plásticas e caderno com anotações de nomes e valores.

Considerando a Lei nº 11.343/2006 e a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a afirmativa correta.

(A) Joel não praticou crime, por se tratar de flagrante preparado; Kauã e Lúcio praticaram tráfico em concurso, sem associação para o tráfico; Mateus responde por tráfico com a majorante da transnacionalidade; e Nuno pode ser autuado por tráfico.

(B) Joel praticou tráfico, por venda a agente policial disfarçado; Kauã e Lúcio praticaram tráfico em concurso, sem associação para o tráfico; Mateus responde por tráfico com a majorante da transnacionalidade; e Nuno pode ser autuado por tráfico.

(C) Joel praticou tráfico, por venda a agente policial disfarçado; Kauã e Lúcio praticaram tráfico e associação para o tráfico; Mateus responde por tráfico com a majorante da transnacionalidade; e Nuno pode ser autuado por tráfico.

(D) Joel praticou tráfico, por venda a agente policial disfarçado; Kauã e Lúcio praticaram tráfico em concurso, sem associação para o tráfico; Mateus responde por tráfico sem a majorante, pois não transpôs a fronteira; e Nuno pode ser autuado por tráfico.

(E) Joel praticou tráfico, por venda a agente policial disfarçado; Kauã e Lúcio praticaram tráfico em concurso, sem associação; Mateus responde por tráfico com a majorante; e Nuno deve ser tratado como usuário, por portar menos de 40 gramas de maconha.

Questão 45

Investigação iniciada por policiais civis em município de fronteira, e depois compartilhada com a Polícia Federal, revelou as seguintes condutas de Ronaldo.

Em diversas ocasiões, mediante pagamento, Ronaldo transportou de barco estrangeiros que não possuíam visto nem documentação, desembarcando-os em ponto da margem brasileira sem fiscalização migratória. Em uma dessas travessias, manteve dez migrantes amontoados por horas em compartimento sem ventilação, com pouca água.

Em outra ocasião, sem cobrar nada e apenas para ajudar, levou pelo mesmo trajeto um primo estrangeiro, também sem documentação.

Para facilitar a permanência de alguns migrantes, Ronaldo ainda lhes forneceu documentos de identidade brasileiros falsificados.

Os migrantes transportados foram identificados e ouvidos.

Considerando o Código Penal, com a redação dada pela Lei nº 13.445/2017, e as diretrizes dessa lei, assinale a afirmativa correta.

(A) Ronaldo praticou promoção de migração ilegal com a pena aumentada pela condição degradante, além de responder pelos crimes conexos de falsidade; o transporte gratuito do primo é atípico; e os migrantes não praticaram crime.

(B) Ronaldo praticou promoção de migração ilegal com a pena aumentada pela condição degradante, e a falsidade fica absorvida; o transporte gratuito do primo é atípico; e os migrantes não praticaram crime.

(C) Ronaldo praticou promoção de migração ilegal com a pena aumentada pela condição degradante, além de responder pelos crimes conexos; o transporte do primo também configura o crime; e os migrantes não praticaram crime.

(D) Ronaldo praticou promoção de migração ilegal com a pena aumentada pela condição degradante, além de responder pelos crimes conexos; o transporte gratuito do primo é atípico; e os migrantes são partícipes do crime.

(E) Ronaldo praticou promoção de migração ilegal na forma simples, pois o aumento só incide quando há violência, além de responder pelos crimes conexos; o transporte do primo é atípico; e os migrantes não praticaram crime.

Questão 46

Ao preparar orientação para os plantões, o delegado de polícia reuniu o entendimento dos tribunais superiores sobre os efeitos da hediondez nas fases de investigação e de execução, para evitar requerimentos e autuações baseados em regras já superadas. Considerando a Lei nº 8.072/1990, a Lei de Execução Penal e a jurisprudência do STF e do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. O STF declarou inconstitucional a obrigatoriedade do regime inicial fechado para os crimes hediondos e equiparados, de modo que o regime inicial deve ser fixado conforme os critérios do Código Penal.

II. A inafiançabilidade dos crimes hediondos impede a concessão de liberdade provisória sem fiança ao preso em flagrante.

III. Segundo o STJ, o homicídio qualificado-privilegiado não é crime hediondo.

IV. O tráfico de drogas na forma privilegiada, com a causa de diminuição do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006, é equiparado a hediondo para todos os fins.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Questão 47

O delegado de polícia investiga Otaviano, ex-secretário municipal suspeito de ter recebido propina em 2014. Segundo os elementos colhidos, Otaviano, com o dinheiro recebido, adquiriu em 2015 três imóveis registrados em nome de pessoas interpostas, que continuam até hoje formalmente em nome delas, enquanto ele os explora por meio de contratos simulados de locação.

A defesa de Otaviano sustenta que: (i) o autor do crime antecedente não pode responder por lavagem dos valores obtidos com o próprio crime; e (ii) eventual lavagem estaria prescrita, por ter se consumado em 2015, com a aquisição dos imóveis.

Para aprofundar a apuração, o delegado pretende obter, diretamente de instituições financeiras e de empresas de telefonia, a qualificação pessoal, a filiação e o endereço das pessoas interpostas, e também os extratos de suas contas bancárias.

Considerando a Lei nº 9.613/1998 e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

(A) A autolavagem é punível; a ocultação é crime permanente, cuja prescrição só corre da cessação; e o delegado pode requisitar diretamente os dados cadastrais e os extratos bancários.

(B) A autolavagem não é punível, por configurar mero exaurimento do crime antecedente; a ocultação é crime permanente; e o delegado pode requisitar diretamente apenas os dados cadastrais.

(C) A autolavagem é punível; a ocultação é crime instantâneo de efeitos permanentes, consumado em 2015; e o delegado pode requisitar diretamente apenas os dados cadastrais.

(D) A autolavagem é punível; a ocultação é crime permanente, cuja prescrição só corre da cessação; e o delegado pode requisitar diretamente apenas os dados cadastrais.

(E) A autolavagem é punível; a ocultação é crime permanente; e o delegado depende de autorização judicial tanto para os dados cadastrais quanto para os extratos.

Questão 48

Investigação conduzida pela Polícia Civil revelou organização criminosa armada, estruturada para fraudes em licitações e roubos de cargas. Entre os investigados estão Plínio, servidor municipal responsável pelo setor de compras, e Quirino, policial civil, que repassava informações sigilosas ao grupo. A liderança é exercida por Ruan, que comanda pessoalmente os integrantes armados.

No curso das investigações, o delegado responsável precisou definir as providências e os efeitos jurídicos relativos a cada investigado. Também pretende obter, de empresas de telefonia e de provedores de internet, a qualificação, a filiação e o endereço de investigados identificados apenas por números de telefone.

Considerando a Lei nº 12.850/2013, assinale a afirmativa correta.

(A) O juiz pode afastar Plínio cautelarmente, sem prejuízo da remuneração; quanto a Quirino, a Corregedoria de Polícia instaura inquérito e comunica ao MP; Ruan, se condenado, inicia a pena em presídio de segurança máxima; e os dados cadastrais dependem de ordem judicial.

(B) O juiz pode afastar Plínio cautelarmente, com suspensão da remuneração; quanto a Quirino, a Corregedoria de Polícia instaura inquérito e comunica ao MP; Ruan, se condenado, inicia a pena em presídio de segurança máxima; e os dados cadastrais podem ser obtidos diretamente.

(C) O juiz pode afastar Plínio cautelarmente, sem prejuízo da remuneração; quanto a Quirino, a Corregedoria de Polícia instaura inquérito e comunica ao MP; Ruan, se condenado, poderá

progredir de regime normalmente, mesmo mantido o vínculo; e os dados cadastrais podem ser obtidos diretamente.

(D) O juiz pode afastar Plínio cautelarmente, sem prejuízo da remuneração; quanto a Quirino, o próprio MP deve instaurar a investigação, vedada a atuação da Corregedoria de Polícia; Ruan inicia a pena em presídio de segurança máxima; e os dados cadastrais podem ser obtidos diretamente.

(E) O juiz pode afastar Plínio cautelarmente, sem prejuízo da remuneração; quanto a Quirino, a Corregedoria de Polícia instaura inquérito e comunica ao MP; Ruan, se condenado, inicia a pena em presídio de segurança máxima; e os dados cadastrais podem ser obtidos diretamente.

Questão 49

Em investigação sobre tráfico de drogas, a interceptação telefônica de Sílvio foi autorizada pelo juiz e renovada quatro vezes, sempre por decisões que apontavam elementos concretos e a complexidade da apuração. Nas conversas interceptadas, surgiram diálogos em que Sílvio ameaçava um devedor, crime punido com detenção e praticado para garantir pagamentos ligados ao tráfico.

Em outro inquérito, o delegado avaliava representar pela interceptação telefônica de Tadeu, investigado apenas por crime de ameaça contra a ex-companheira, punido com detenção, porque as demais diligências não tinham surtido efeito.

No mesmo inquérito do tráfico, a vítima de uma extorsão praticada por integrante do grupo gravou, por conta própria, a conversa que manteve pessoalmente com o extorsionário, sem que ele soubesse.

Por fim, o delegado pretende representar pela instalação de equipamento de captação ambiental no escritório usado pelo grupo, por ser a única forma eficaz de prova.

Considerando a Lei nº 9.296/1996, com as alterações da Lei nº 13.964/2019, e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

(A) As renovações são válidas; a prova da ameaça praticada por Sílvio é válida; não cabe interceptação de Tadeu; a gravação feita pela vítima é lícita; e a captação ambiental pode ser autorizada pelo juiz.

(B) As renovações são válidas; a prova da ameaça praticada por Sílvio é válida; não cabe interceptação de Tadeu; a gravação feita pela vítima é ilícita, por falta de ordem judicial; e a captação ambiental pode ser autorizada pelo juiz.

(C) As renovações são válidas; a prova da ameaça praticada por Sílvio é válida; cabe interceptação de Tadeu, pela ineficácia das outras diligências; a gravação feita pela vítima é lícita; e a captação ambiental pode ser autorizada pelo juiz.

(D) As renovações são ilegais, pois a lei admite uma única prorrogação de quinze dias; a prova da ameaça de Sílvio é válida; não cabe interceptação de Tadeu; a gravação da vítima é lícita; e a captação ambiental pode ser autorizada.

(E) As renovações são válidas; a prova da ameaça praticada por Sílvio é ilícita, por se tratar de crime punido com detenção; não cabe interceptação de Tadeu; a gravação da vítima é lícita; e a captação ambiental pode ser autorizada.

Questão 50

Aníbal e Átila foram indiciados pela autoridade policial, juntamente com outros 18 indivíduos, pelo delito de constituir organização criminosa para a prática de crimes de estelionato, extorsão e roubo com o emprego de arma de fogo. Átila foi o primeiro a prestar efetiva colaboração. Contudo, o fez diretamente com a autoridade policial, na presença de seu advogado, mas sem a participação ou manifestação do Ministério Público. Ficou acordado como prêmio o não oferecimento de denúncia em razão de ele ter revelado crimes de cuja existência não tinha conhecimento a autoridade policial. Aníbal, por sua vez, que era o líder da organização criminosa, resolveu celebrar acordo de colaboração premiada com o Ministério Público, na presença de seu advogado, tendo revelado a estrutura e as funções de cada integrante da organização. Nesse caso, ficou pactuado como prêmio a prisão domiciliar e a cláusula de renúncia, por parte de Aníbal, a impugnar a decisão homologatória. Ambos os acordos foram encaminhados à homologação judicial. Sobre esse cenário, assinale a afirmativa correta.

(A) O Juiz poderá homologar o acordo de colaboração premiada de Aníbal, apesar de este ser o líder da organização criminosa e não ter sido o primeiro a colaborar.

(B) O Juiz poderá homologar o acordo de colaboração premiada de Átila celebrado com a autoridade policial, sem a manifestação do Ministério Público.

(C) O Juiz poderá homologar o acordo de colaboração premiada de Átila, sendo válida a cláusula de renúncia constante do acordo de Aníbal com o Ministério Público.

(D) O Juiz não poderá homologar o acordo de colaboração premiada de Átila, sendo válida a

cláusula de renúncia constante do acordo de Aníbal com o Ministério Público.

(E) O Juiz não poderá homologar o acordo de colaboração premiada de Átila, sendo inválida a cláusula de renúncia à impugnação constante do acordo de Aníbal.

Questão 51

A Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária recebeu da Receita Estadual três representações fiscais.

Na primeira, Ulisses, sócio de uma distribuidora, teria suprimido ICMS mediante a inserção de notas fiscais falsas na escrituração. O auto de infração foi lavrado, mas ainda pende recurso administrativo da empresa no tribunal administrativo estadual.

Na segunda, Vânia, sócia de uma pequena loja, declarou regularmente o ICMS cobrado dos clientes, mas, em um único mês de grave dificuldade financeira, deixou de recolhê-lo, regularizando a situação nos meses seguintes.

Na terceira, Wilson, administrador de uma rede de supermercados, declarou o ICMS cobrado dos consumidores, mas, por dois anos seguidos, deliberadamente deixou de recolhê-lo, utilizando os valores para expandir os negócios, embora a empresa tivesse plena capacidade de pagamento. Após o oferecimento da denúncia e antes de seu recebimento, a empresa formalizou parcelamento do débito.

Considerando a Lei nº 8.137/1990, a legislação sobre parcelamento e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

(A) Ulisses já praticou o crime material, pois o auto de infração foi lavrado; Vânia não praticou crime; e o parcelamento obtido por Wilson suspende a pretensão punitiva e a prescrição.

(B) Ulisses ainda não praticou o crime material, por pendência do lançamento definitivo; Vânia praticou o crime de apropriação do ICMS declarado; e o parcelamento obtido por Wilson suspende a pretensão punitiva e a prescrição.

(C) Ulisses ainda não praticou o crime material, por pendência do lançamento definitivo; Vânia não praticou crime; e o parcelamento de Wilson não produz efeito penal, por ter sido formalizado depois do oferecimento da denúncia.

(D) Ulisses ainda não praticou o crime material, por pendência do lançamento definitivo; Vânia não praticou crime; e o parcelamento obtido por Wilson suspende a pretensão punitiva e a prescrição.

(E) Ulisses ainda não praticou o crime material, por pendência do lançamento definitivo; Vânia não praticou crime; e o parcelamento obtido por Wilson extingue de imediato a punibilidade.

Questão 52

Em um fim de semana com vários acidentes graves, o delegado de polícia plantonista precisou decidir sobre autuações em flagrante e orientar a equipe quanto à capitulação dos crimes de trânsito e às consequências penais das condutas. Considerando o Código de Trânsito Brasileiro, as súmulas do STJ e a jurisprudência do STF, analise as afirmativas a seguir.

I. Configura crime a conduta de permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, sendo dispensável a demonstração de perigo concreto de dano.

II. Ao condutor de veículo envolvido em acidente com vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se ele prestar pronto e integral socorro à vítima.

III. O crime de afastar-se o condutor do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil, é inconstitucional, por violar o direito de não produzir prova contra si mesmo.

IV. Ao condenado por homicídio culposo na direção de veículo automotor sob a influência de álcool, é cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, se a pena aplicada não superar quatro anos.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 53

Carlos foi preso em flagrante por traficar 1 kg de cocaína e, na audiência de custódia, a pedido do Ministério Público, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva. No inquérito policial apurou-se que ele já fora investigado por um crime de roubo e fora condenado, sem trânsito em julgado, por furto praticado há quase cinco anos. Denunciado e processado, Carlos foi condenado pelo crime de tráfico de drogas (Art. 33, caput , da Lei nº 11.343/2006), mas o Juiz, sob o argumento de que os inquéritos e a outra Ação Penal em curso indicavam seus maus antecedentes e sua dedicação a atividades criminosas, afastou a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do mesmo artigo (§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa). Considerando a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

(A) A decisão do Juiz contraria a jurisprudência do STJ, que veda a utilização de inquéritos e/ou as ações penais em curso para impedir a aplicação da causa de diminuição de pena do Art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006.

(B) A quantidade de cocaína apreendida (1 kg) é, por si só, um fator impeditivo para a aplicação da causa de diminuição de pena do Art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006, independentemente da primariedade e dos bons antecedentes do agente.

(C) A decisão do Juiz de primeira instância está em consonância com o entendimento do STJ, pois a existência de inquéritos e ações penais em curso, mesmo sem trânsito em julgado, é suficiente para demonstrar a dedicação do agente a atividades criminosas e, consequentemente, afastar a aplicação do tráfico privilegiado.

(D) Para a aplicação da causa de diminuição do tráfico privilegiado, basta que o agente não possua qualquer registro criminal, incluindo inquéritos e ações penais em curso, sob pena de desvirtuar a finalidade da norma.

(E) A aplicação da causa de diminuição pelo tráfico privilegiado não pode ter sua aplicação afastada, tendo como fundamento as investigações preliminares ou os processos criminais em andamento, a não ser que estejam em fase recursal com acórdão condenatório em segunda instância.

Questão 54

O delegado de polícia enfrentou, em uma mesma investigação, três situações envolvendo advogados.

Celina, advogada, ao atuar em favor de um cliente investigado, apresentou na delegacia procuração que sabia ter sido falsificada, para obter cópia de autos de inquérito. A falsificação foi constatada no ato. O crime imputado é afiançável.

Dênis, advogado, foi surpreendido praticando, por motivo ligado ao exercício da advocacia, crime inafiançável, o que levou à lavratura de auto de prisão em flagrante.

Por fim, o delegado pretende representar por busca e apreensão no escritório de Edgar, advogado, com base exclusivamente em declarações de um colaborador premiado, ainda não confirmadas por qualquer outro meio de prova. Alguns clientes de Edgar não são investigados.

Considerando a Lei nº 8.906/1994, com as alterações da Lei nº 14.365/2022, assinale a afirmativa correta.

(A) Celina não pode ser presa em flagrante; o auto de Dênis deve ser lavrado com a presença de representante da OAB, sob pena de nulidade; e a busca no escritório de Edgar não pode ser deferida com base apenas nas declarações do colaborador.

(B) Celina pode ser presa em flagrante, por não haver imunidade para crimes; o auto de Dênis deve ser lavrado com a presença de representante da OAB, sob pena de nulidade; e a busca no escritório de Edgar não pode ser deferida.

(C) Celina não pode ser presa em flagrante; o auto de Dênis pode ser lavrado sem representante da OAB, bastando comunicação posterior à seccional; e a busca no escritório de Edgar não pode ser deferida.

(D) Celina não pode ser presa em flagrante; o auto de Dênis deve ser lavrado com a presença de representante da OAB, sob pena de nulidade; e a busca pode ser deferida, desde que cumprida na presença de representante da OAB.

(E) Celina não pode ser presa em flagrante; o auto de Dênis deve ser lavrado com a presença de representante da OAB, sob pena de nulidade; e a busca pode ser deferida, desde que autorizada previamente pelo Conselho Seccional da OAB.

Questão 55

Elmo adquire, com intenção comercial, 500 pinos de cocaína, que leva para um terreno baldio, onde os mantém em depósito, e passa a vendê-los, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, conforme usuários de drogas o abordam e lhe fazem os pedidos. Por meio de um drone, a polícia monitora a ação criminosa de Elmo, decidindo um dos policiais se passar por usuário, a fim de prendê-lo em flagrante. Ato contínuo, o policial, disfarçado de usuário, procura Elmo e lhe solicita 20 pinos de cocaína, indo Elmo até o local onde mantém a droga e voltando com a quantidade demandada. O policial paga o preço e, quando Elmo começa a lhe entregar os pinos de cocaína, identifica-se e lhe dá voz de prisão em flagrante, impedindo-o de concluir a venda e apreendendo a droga, inclusive aquela que ainda restava no terreno baldio. Diante do caso narrado, é correto afirmar que Elmo:

(A) não cometeu crime, pois houve flagrante esperado;

(B) não cometeu crime, pois houve flagrante preparado;

(C) cometeu o crime de tráfico de drogas, que se consumou no momento em que ele vendeu, ao policial disfarçado, 20 pinos de cocaína;

(D) cometeu o crime de tráfico de drogas, que se consumou no momento em que ele adquiriu 500 pinos de cocaína, com intenção comercial;

(E) cometeu o crime de tráfico de drogas, na forma tentada, quando iniciou a venda de 20 pinos de cocaína ao policial que se passou por traficante, não consumando o delito por circunstância alheia à sua vontade.

Questão 56

A Polícia Civil do Paraná recebeu informações sobre dois planos de ataque.

No primeiro, um grupo, movido exclusivamente por discordância política com o governo, detonou artefato explosivo em uma praça, com a finalidade de provocar pânico generalizado, sem que houvesse motivação de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião.

No segundo, Fausto, movido por preconceito religioso e com o propósito inequívoco de provocar terror generalizado, adquiriu explosivos e mapeou os horários de culto de um templo, pretendendo atacá-lo. Antes de iniciar qualquer ato de execução, porém, desistiu voluntariamente do plano e entregou o material à polícia.

Ao analisar os fatos, o delegado de polícia precisou definir a tipificação e as providências quanto à atribuição investigativa.

Considerando a Lei nº 13.260/2016, assinale a afirmativa correta.

(A) O grupo praticou terrorismo, porque buscava provocar terror generalizado; Fausto responde por atos preparatórios de terrorismo; e a investigação cabe à Polícia Federal, com processo na Justiça Federal.

(B) O grupo não praticou terrorismo, por ausência da motivação típica, respondendo por crimes comuns; Fausto responde por atos preparatórios, com pena reduzida; e a investigação cabe à Polícia Federal.

(C) O grupo não praticou terrorismo, respondendo por crimes comuns; a desistência de Fausto afasta a punição dos atos preparatórios de terrorismo; e a investigação cabe à Polícia Civil, com processo na Justiça Estadual.

(D) O grupo não praticou terrorismo, respondendo por crimes comuns; Fausto não pode ser punido, porque atos preparatórios nunca são puníveis; e a investigação cabe à Polícia Federal, com processo na Justiça Federal.

(E) O grupo não praticou terrorismo, por ausência da motivação típica, respondendo por crimes comuns; a desistência de Fausto afasta a punição dos atos preparatórios de terrorismo; e a investigação cabe à Polícia Federal.

Questão 57

No contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F). ( ) As medidas protetivas de urgência, previstas na Lei nº 11.340/2006, poderão ser aplicadas cumulativamente, diferentemente das medidas cautelares alternativas dispostas no Código de Processo Penal, as quais não podem ser aplicadas de forma cumulada, tendo em vista o princípio ne bis in idem . ( ) Independentemente de autorização judicial, o delegado de polícia, quando o município não for sede de comarca, poderá tomar medidas para o imediato afastamento do agressor do local de convivência com a ofendida. ( ) As medidas protetivas de urgência serão concedidas em juízo de cognição sumária a partir do depoimento da ofendida perante a autoridade policial ou a partir da apresentação de suas alegações escritas. ( ) Segundo a Lei nº 11.340/06, as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público. Todavia, o órgão do Parquet deverá ser comunicado prontamente sobre a medida. As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – V – F.

(B) V – F – V – F.

(C) F – V – V – V.

(D) V – F – F – V.

(E) F – V – F – F.

Questão 58

Investigação da Polícia Civil identificou que Ícaro, Jader e Kléber, integrantes de um agrupamento estável, passaram a impor, mediante grave ameaça com emprego de armas, controle territorial sobre uma comunidade: fixaram toque de recolher, controlavam a entrada e a saída de moradores e expulsavam quem se recusasse a obedecer. O grupo não tinha outros integrantes.

Os três foram presos preventivamente. A defesa sustentou que (i) não haveria crime organizado, pois o grupo tinha menos de quatro integrantes; (ii) por serem primários, teriam direito à fiança; e (iii) a prisão deveria ser relaxada se o inquérito não fosse concluído no prazo de dez dias previsto no Código de Processo Penal.

Considerando a Lei nº 15.358/2026, que instituiu o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado, assinale a afirmativa correta.

(A) A conduta configura domínio social estruturado, pois a facção exige três ou mais pessoas; o crime é hediondo e insuscetível de fiança; e o inquérito, com investigados presos, deve ser concluído em noventa dias, sem relaxamento automático pelo descumprimento.

(B) A conduta não configura domínio social estruturado, pois a organização criminosa exige quatro ou mais pessoas; os investigados respondem por associação criminosa; e o inquérito segue o prazo de dez dias do Código de Processo Penal.

(C) A conduta configura domínio social estruturado, pois a facção exige três ou mais pessoas; o crime é hediondo, mas admite fiança para investigados primários; e o inquérito, com presos, deve ser concluído em noventa dias.

(D) A conduta configura domínio social estruturado, pois a facção exige três ou mais pessoas; o crime é hediondo e insuscetível de fiança; e o inquérito, com presos, deve ser concluído em noventa dias, sob pena de relaxamento automático.

(E) A conduta configura domínio social estruturado, pois a facção exige três ou mais pessoas; o crime é hediondo e insuscetível de fiança; e o inquérito, com investigados presos, deve ser concluído em duzentos e setenta dias.

Questão 59

Em treinamento sobre a lavratura de autos e termos em ocorrências envolvendo drogas, o delegado de polícia apresentou à equipe situações frequentes no plantão, com o objetivo de distinguir o tráfico de outras figuras da Lei nº 11.343/2006 e de esclarecer os efeitos de decisões recentes do STF. Considerando a lei e a jurisprudência do STF, analise as afirmativas a seguir.

I. Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, é crime de menor potencial ofensivo, distinto do tráfico previsto no caput do art. 33.

II. A vedação abstrata da liberdade provisória ao preso em flagrante por tráfico, prevista na Lei de Drogas, foi declarada inconstitucional pelo STF.

III. Após o julgamento do Tema 506 pelo STF, o porte de qualquer droga para consumo pessoal deixou de ser infração penal.

IV. Presume-se usuário, de forma absoluta, quem cultiva até seis plantas-fêmeas de cannabis, ainda que haja elementos que indiquem a destinação comercial.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, II e III, apenas.

Questão 60

Ao concluir inquéritos que resultaram em condenações definitivas de estrangeiros residentes no Paraná, o delegado de polícia encaminhou informações ao órgão competente para avaliar eventual expulsão. Os casos eram os seguintes.

Lorenzo, condenado por tráfico de drogas, tem um filho brasileiro de quatro anos sob sua guarda e dependência econômica.

Marco, condenado por roubo majorado, chegou ao Brasil com dez anos de idade e reside no país desde então, sem filhos nem cônjuge brasileiros.

Niklas, condenado por estelionato, não tem vínculos familiares no Brasil, chegou ao país aos 30 anos e aqui reside há cinco anos.

A defesa de Niklas sustenta ainda que a instauração do procedimento de expulsão o impediria de obter a progressão de regime na execução da pena.

Considerando a Lei nº 13.445/2017, assinale a afirmativa correta.

(A) Não se procederá à expulsão de Lorenzo nem de Marco; Niklas pode ser expulso; e, instaurado o

procedimento de expulsão, fica suspensa a progressão de regime até a decisão final.

(B) Não se procederá à expulsão de Lorenzo nem de Marco; Niklas pode ser expulso, se a gravidade do crime e as possibilidades de ressocialização o justificarem; e o procedimento não impede a progressão de regime.

(C) Lorenzo pode ser expulso, pois o tráfico afasta as causas impeditivas; não se procederá à expulsão de Marco; Niklas pode ser expulso; e o procedimento não impede a progressão de regime.

(D) Não se procederá à expulsão de Lorenzo; Marco pode ser expulso, pois a vedação só alcança quem ingressou no país antes dos cinco anos de idade; Niklas pode ser expulso; e a progressão não é afetada.

(E) Não se procederá à expulsão de Lorenzo nem de Marco; Niklas pode ser expulso automaticamente, como efeito da condenação por crime doloso; e o procedimento não impede a progressão de regime.

Direito Constitucional

Questão 61

A Assembleia Legislativa de um Estado e a Câmara de um de seus Municípios aprovaram, no mesmo ano, diversas leis com reflexos sobre a atividade policial e sobre a vida econômica local, e a Procuradoria do Estado foi consultada sobre a validade de cada uma delas sob o prisma da repartição constitucional de competências. Considerando a Constituição Federal e as súmulas vinculantes do STF, analise as afirmativas a seguir.

I. O Estado pode legislar, concorrentemente com a União, sobre procedimentos em matéria processual, embora o direito processual seja de competência legislativa privativa da União.

II. A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.

III. O Município é competente para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

IV. Compete ao Distrito Federal legislar sobre os vencimentos dos membros de sua Polícia Civil, por se tratar de órgão por ele mantido.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 62

Pedro, servidor público, mesmo após preencher os requisitos previstos no regime previdenciário para a aposentadoria voluntária, decidiu permanecer no serviço público, isso por exercer uma função de confiança, que somente pode ser atribuída aos servidores ocupantes de cargo efetivo. Pouco tempo depois, foi promulgada uma emenda constitucional que alterou os requisitos exigidos para a aposentadoria voluntária, o que levou o órgão competente a indeferir, de plano, o pedido de aposentadoria que Pedro decidiu formular já sob a égide dessa nova sistemática. Nesse caso, o indeferimento está

(A) correto, pois, enquanto não formulado o requerimento de aposentadoria, há mera expectativa de direito, mesmo que já preenchidos os requisitos exigidos pela legislação anterior.

(B) incorreto, pois, uma vez preenchidos os requisitos exigidos pela legislação regente da aposentadoria voluntária, encontra-se configurado o direito adquirido, ainda que o requerimento seja formulado sob a égide da norma que a modificou.

(C) correto, pois o direito adquirido à aposentadoria voluntária somente seria oponível à lei, não à emenda constitucional.

(D) incorreto, pois o pedido de aposentadoria não poderia ser indeferido sem que fosse assegurado a Pedro o contraditório e a ampla defesa.

(E) correto, pois, como o requerimento de aposentadoria configura um dos requisitos exigidos para o deferimento desse benefício, há de ser considerada a sistemática vigente à época de sua formulação.

Questão 63

Ao elaborar o edital de concurso para Delegado de Polícia, a comissão organizadora consultou a assessoria jurídica sobre as regras constitucionais aplicáveis à seleção e à futura remuneração dos aprovados, à luz da jurisprudência do STF em súmulas vinculantes e teses de repercussão geral. Analise as afirmativas a seguir.

I. O exame psicotécnico pode ser exigido, desde que previsto em lei e realizado com critérios objetivos, passíveis de recurso.

II. O edital não pode vedar a participação de candidatos com tatuagem, salvo situações excepcionais, em razão de conteúdo que viole valores constitucionais.

III. O candidato aprovado fora do número de vagas tem direito subjetivo à nomeação sempre que

surgirem novas vagas durante o prazo de validade do concurso.

IV. Nos casos de acumulação lícita de cargos, o teto remuneratório constitucional incide sobre o somatório das remunerações percebidas pelo servidor.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

Questão 64

José é delegado de polícia civil no Estado Alfa. Na delegacia em que José atua, há um inquérito policial em tramitação que tem como indiciados Luís e Maria, ambos servidores públicos do Estado Alfa. O referido inquérito apura a prática dos crimes de peculato e de emprego irregular de verbas ou rendas públicas. José teve conhecimento de que também há um procedimento em curso no Tribunal de Contas do Estado Alfa contra Luís e Maria, que investiga a prática de irregularidades por estes servidores públicos, as quais teriam causado prejuízo ao erário público. Todavia, José tem dúvidas acerca das funções exercidas pelos tribunais de contas no ordenamento jurídico brasileiro. Assim, consulta João, seu amigo constitucionalista, para melhor compreender as funções dos tribunais de contas. Acerca dessa temática, considerando os dispositivos constitucionais aplicáveis ao caso, assinale a opção correta.

(A) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

(B) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante os tribunais de contas.

(C) As decisões dos Tribunais de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo judicial.

(D) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, não são obrigados a dar ciência ao respectivo tribunal de contas, uma vez que podem realizar suas próprias investigações internas.

(E) Caso determinado agente público sofra sanções administrativas do Tribunal de Contas, ele não pode ser punido pelos mesmos fatos na esfera criminal, sob pena de violação ao princípio do "non bis in idem".

Questão 65

Um delegado de polícia teve seu nome associado, em reportagem de um portal de notícias, a supostas irregularidades em investigação antiga, já arquivada. Antes de decidir que medidas adotar, consultou um advogado sobre o regime constitucional da liberdade de expressão, do direito de resposta e da reparação de danos. Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF e do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. É incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento que permita impedir, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos verídicos licitamente obtidos, sem prejuízo da análise de excessos caso a caso.

II. A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.

III. A empresa jornalística responde civilmente sempre que publica entrevista em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro.

IV. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 66

Quatro ações diretas de inconstitucionalidade foram ajuizadas no STF em um mesmo semestre.

Na primeira, o Partido Delta, que tinha representação no Congresso Nacional quando ajuizou a ação, perdeu-a nas eleições seguintes, antes do julgamento.

Na segunda, o Governador do Estado Beta impugnou lei do Estado Gama que concede benefício fiscal de ICMS sem autorização em convênio, provocando a migração de empresas instaladas em Beta.

Na terceira, a Associação Nacional dos Delegados de Polícia impugnou lei federal que trata das atribuições do cargo, e, após o feito ser incluído em pauta, a entidade requereu a desistência da ação.

Na quarta, a Confederação Nacional dos Servidores impugnou lei estadual editada em 1985, que considera incompatível com a Constituição de 1988.

Considerando a Constituição Federal, a Lei nº 9.868/1999 e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

(A) A primeira ação deve ser extinta pela perda superveniente da representação; a segunda deve prosseguir; a terceira deve ser extinta pela desistência; e a quarta não é admissível como ADI.

(B) A primeira ação deve prosseguir; a segunda é inadmissível, pois o Governador só pode impugnar leis de seu próprio Estado; a terceira não admite desistência; e a quarta não é admissível como ADI.

(C) A primeira ação deve prosseguir; a segunda deve prosseguir, presente a pertinência temática; a terceira não admite desistência; e a quarta não é admissível como ADI.

(D) A primeira ação deve prosseguir; a segunda deve prosseguir, presente a pertinência temática; a terceira deve ser extinta pela desistência; e a quarta não é admissível como ADI.

(E) A primeira ação deve prosseguir; a segunda deve prosseguir, presente a pertinência temática; a terceira não admite desistência; e a quarta deve ser conhecida como ADI.

Questão 67

Em seminário de formação jurídica, foram apresentadas sínteses sobre a evolução do constitucionalismo e sobre movimentos teóricos contemporâneos que influenciam a interpretação constitucional brasileira, inclusive em temas de segurança pública e direitos fundamentais. Considerando a doutrina constitucional majoritária, analise as afirmativas a seguir.

I. O constitucionalismo social tem como marcos as Constituições do México, de 1917, e de Weimar, de 1919, que incorporaram ao texto constitucional direitos sociais e econômicos.

II. O neoconstitucionalismo caracteriza-se pelo reconhecimento da força normativa da Constituição, pela expansão da jurisdição constitucional e por uma nova hermenêutica, que admite a ponderação de princípios.

III. O chamado novo constitucionalismo latino-americano, com destaque para as Constituições do Equador, de 2008, e da Bolívia, de 2009, valoriza a plurinacionalidade e reconhece direitos à natureza.

IV. O transconstitucionalismo propõe uma hierarquia rígida da ordem jurídica internacional sobre as constituições nacionais, a quem cabe a última palavra em matéria de direitos humanos.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 68

Joana, eleitora no Estado Alfa, ajuizou ação popular para anular decreto do Governador que concedeu, sem licitação e sem justificativa, o uso gratuito de um imóvel público a uma entidade privada ligada a um parente da autoridade. Não houve demonstração de prejuízo financeiro direto aos cofres públicos, pois o imóvel estava desocupado.

A Associação de Moradores do bairro pediu para ingressar no polo ativo como autora, e, meses depois, Joana manifestou desistência da ação.

Considerando a Constituição Federal, a Lei nº 4.717/1965 e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

(A) A ação é cabível mesmo sem prejuízo material ao erário; deve ser processada em primeiro grau; a associação não pode figurar como autora; e, diante da desistência, qualquer cidadão ou o Ministério Público pode promover o prosseguimento.

(B) A ação é incabível, por ausência de prejuízo material ao erário; deve ser processada em primeiro grau; a associação não pode figurar como autora; e a desistência de Joana extingue o processo.

(C) A ação é cabível mesmo sem prejuízo material; deve ser processada originariamente no Tribunal de Justiça, por se tratar de ato do Governador; a associação não pode figurar como autora; e qualquer cidadão ou o MP pode prosseguir.

(D) A ação é cabível mesmo sem prejuízo material; deve ser processada em primeiro grau; a associação pode figurar como autora, por defender interesse coletivo; e qualquer cidadão ou o MP pode prosseguir.

(E) A ação é cabível mesmo sem prejuízo material; deve ser processada em primeiro grau; a associação não pode figurar como autora; e a desistência de Joana obriga o MP a assumir o polo ativo.

Questão 69

João foi acometido de grave patologia, que exigia internação imediata e submissão a tratamento especializado, com o uso de aparelhagem própria. Após percorrer inúmeras unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) situadas no território do Estado Alfa, João não logrou êxito em obter a internação e o tratamento de que tanto necessitava, pois as unidades que atendiam aos seus objetivos estavam com a sua lotação esgotada. Por tal razão, ingressou com ação em face do Estado Alfa, requerendo que, caso não fosse imediatamente disponibilizada a vaga de que necessitava, o juízo determinasse a sua internação em hospital privado. Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação à ação ajuizada por João, que:

(A) a internação em unidade hospitalar privada, fora do SUS, acarretará o dever de indenizar, a posteriori, as despesas realizadas, observados os valores praticados pela referida unidade;

(B) a ação não deve ser conhecida, pois o SUS é um sistema articulado entre todos os entes federativos, o que atrai a presença de um litisconsórcio passivo necessário em ações como a de João;

(C) a essencialidade do direito à saúde permite o deferimento do pedido, sendo que o valor de ressarcimento dos serviços prestados, na perspectiva da saúde suplementar, deve ser o mesmo utilizado para o ressarcimento, ao SUS, por serviços prestados a beneficiários de plano de saúde;

(D) o SUS pode contar com a atuação de unidades hospitalares privadas, mas apenas se estiverem integradas ao sistema, na perspectiva da saúde complementar, com adstrição aos requisitos exigidos, devendo o juízo permanecer adstrito a esse balizamento ao analisar o pedido de internação;

(E) em razão do princípio da solidariedade e do fato de a atividade privada de saúde constituir serviço de relevância social, pode ser acolhido o pedido, o que atrai, para os entes federativos que formam o SUS, o dever de ressarcimento, observados os valores praticados pela tabela desse sistema.

Questão 70

Norma municipal autorizou a celebração de contrato de parcerias público-privadas (PPP) para a execução de obra pública desvinculada de qualquer serviço público ou social, inovando em relação aos critérios adotados na legislação federal. Diante do exposto e considerando a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a norma municipal é:

(A) inconstitucional, pois, ao criar nova hipótese de PPP em evidente contrariedade ao que está previsto na lei federal, violou regras constitucionais de repartição de as competência,

(B) constitucional, pois, em observância às regras constitucionais de repartição de competência, é competência municipal legislar sobre matéria de interesse local;

(C) constitucional, pois, em observância às regras constitucionais de repartição de competência, a competência do Município será suplementar em relação à União quando esta for omissa sobre a matéria legislada;

(D) inconstitucional, pois a contratação de PPP para a execução de obra pública contraria os princípios constitucionais da Administração Pública;

(E) constitucional, pois a contratação de PPP para a execução de obra pública observa os princípios constitucionais da Administração Pública.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 71

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) preceitua que: Art. 75. É dispensável a licitação VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste inciso. Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a vedação à recontratação de empresa contratada diretamente

(A) em razão de urgência ou calamidade pública viola os princípios previstos no artigo 37, caput da Constituição Federal.

(B) por dispensa de licitação, nos casos de emergência, incide na recontratação fundada na mesma situação emergencial que extrapole o prazo máximo legal de 1 (um) ano.

(C) com base em situação de urgência ou calamidade pública impede sua participação em eventual licitação substitutiva à contratação realizada por dispensa de licitação.

(D) em razão de urgência impede que a empresa seja contratada diretamente por fundamento diverso do previsto em lei, inclusive outra emergência.

(E) com fundamento em situação de urgência ou de calamidade pública foi considerada parcialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, que julgou possível a prorrogação do contrato, por igual período, desde que fundamentada a decisão.

Questão 72

A Polícia Civil de um Estado planejou quatro contratações para o exercício seguinte.

(1) Locação de imóvel para instalar delegacia especializada que, por exigência operacional, precisa ficar ao lado do fórum criminal; apenas um imóvel atende a essa localização.

(2) Contratação de empresa de notória especialização para curso de aperfeiçoamento de delegados em investigação de lavagem de dinheiro.

(3) Contratação de agência de publicidade, de notória especialização, para campanha institucional de prevenção a golpes digitais.

(4) Contratação de laboratórios privados para exames toxicológicos, mediante cadastro aberto a todos os interessados que satisfaçam os requisitos do edital, com preços fixados pela Administração.

A assessoria jurídica precisa indicar quais contratações podem ser feitas diretamente por inexigibilidade de licitação.

Considerando a Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

(A) Podem ser feitas por inexigibilidade as contratações 1, 2, 3 e 4, porque em todas há notória especialização ou singularidade do objeto.

(B) Podem ser feitas por inexigibilidade as contratações 2 e 4; a locação do imóvel exige licitação, por não haver singularidade em bens imóveis.

(C) Podem ser feitas por inexigibilidade as contratações 1, 2 e 4, exigindo-se, na locação, avaliação prévia, certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis e justificativa da singularidade.

(D) Podem ser feitas por inexigibilidade as contratações 1, 2 e 3; o credenciamento dos laboratórios configura dispensa de licitação, e não inexigibilidade.

(E) Podem ser feitas por inexigibilidade as contratações 1 e 2, apenas; o cadastro aberto dos laboratórios é modalidade de licitação, e a publicidade depende de concorrência.

Questão 73

Tício estava no interior de uma loja de fogos de artifício de sua cidade a fim de comprar diversos itens para a festa junina que se aproximava quando se deu uma grande explosão que lhe causou queimaduras e destruiu seus pertences. Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência atualizada, é correto afirmar que:

(A) é sempre cabível a responsabilização civil do Município pelos danos decorrentes da explosão em comércio de fogos de artifício;

(B) em razão do dever de fiscalização, haverá sempre responsabilidade civil do Município, ainda que o comércio de fogos tenha recebido licença para funcionamento, com as cautelas legais;

(C) o exercício do comércio de fogos de artifício, atividade privada, não enseja, em qualquer hipótese, responsabilização do Município por danos dela decorrentes;

(D) o requerimento de licença de instalação de comércio de fogos de artifício é suficiente para ensejar o dever de agir do Município que será sempre responsabilizado na ocorrência de dano a terceiro;

(E) haverá responsabilidade civil do Município por omissão específica quando forem de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

Questão 74

Natália, graduada em engenharia elétrica, é aprovada em concurso público, cujo edital exige título de ensino médio profissionalizante de técnico em eletricidade. A Administração Pública não permite a nomeação de Natália, sob o argumento de que ela não apresentou certificado de conclusão de ensino médio profissionalizante em eletricidade. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a conduta da Administração Pública, no caso, é juridicamente:

(A) adequada, pois Natália não tem a qualificação exigida pelo edital, que é a norma-base do certame e não pode ser relativizada;

(B) adequada, pois Natália está se beneficiando de sua qualificação superior, o que contraria o princípio da isonomia entre os candidatos;

(C) adequada, pois Natália está se beneficiando de sua qualificação superior, o que contraria o princípio da impessoalidade entre os candidatos;

(D) inadequada, pois Natália, tendo qualificação superior àquela exigida pelo edital, faz jus à nomeação, sob pena de afronta ao princípio da dignidade humana;

(E) inadequada, pois Natália, tendo qualificação superior àquela exigida pelo edital, aperfeiçoará a prestação dos serviços públicos, em benefício da própria coletividade.

Questão 75

Três situações chegaram à Procuradoria de um Município.

Na primeira, o Prefeito exonerou Luana do cargo em comissão de chefe de gabinete, declarando no ato que o fazia por "abandono do serviço nos últimos trinta dias". Comprovou-se depois que Luana estava, no período, em licença médica regularmente concedida.

Na segunda, uma sociedade de economia mista municipal, que recebeu a atribuição por lei, de capital majoritariamente público, que presta exclusivamente serviço de fiscalização de trânsito em regime não concorrencial, aplicou multas a motoristas infratores.

Na terceira, a fiscalização sanitária, constatando alimentos deteriorados em um supermercado, apreendeu e inutilizou de imediato as mercadorias e, no mesmo ato, lavrou multa, que o estabelecimento não pagou no prazo.

Considerando a doutrina e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

(A) A exoneração é válida, pois o cargo é de livre exoneração e dispensa motivação; as multas de trânsito são válidas; e a multa sanitária pode ser cobrada pela própria Administração mediante constrição direta dos bens do supermercado.

(B) A exoneração é inválida, pela falsidade do motivo declarado; as multas de trânsito são nulas, pois o poder de polícia é indelegável a pessoas de direito privado; e a multa deve ser cobrada judicialmente.

(C) A exoneração é inválida, pela falsidade do motivo declarado; as multas de trânsito são válidas; e a multa sanitária pode ser cobrada pela própria Administração mediante constrição direta dos bens do supermercado.

(D) A exoneração é inválida, pela falsidade do motivo declarado; as multas de trânsito são válidas; e a apreensão e a inutilização das mercadorias são autoexecutórias, mas a multa não paga deve ser cobrada judicialmente.

(E) A exoneração é válida, pois o motivo declarado é irrelevante em ato discricionário; as multas de trânsito são válidas; e a multa não paga deve ser cobrada judicialmente.

Questão 76

Em contrato de reforma de um prédio que abrigará a sede de uma delegacia regional, celebrado sob a Lei nº 14.133/2021, surgiram divergências entre a Administração e a empresa contratada sobre a ampliação do objeto, a recomposição de custos e atrasos no pagamento das medições. Considerando a Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

I. Nas alterações unilaterais, o contratado é obrigado a aceitar acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, os acréscimos podem chegar a 50%.

II. Havendo alteração unilateral que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

III. O atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos devidos pela Administração assegura ao contratado o direito à extinção do contrato.

IV. Supressões superiores a 25% do valor inicial podem ser impostas unilateralmente pela Administração, desde que devidamente justificadas no interesse público.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, II e III, apenas.

Questão 77

O Ministério Público ajuizou ação de improbidade contra Valdir, prefeito, com base em inquérito civil instruído também com elementos colhidos em inquérito policial.

No primeiro fato, Valdir, por grave negligência na fiscalização, permitiu que contrato de coleta de lixo fosse pago sem a comprovação dos serviços, gerando prejuízo ao erário; não se apurou qualquer intenção de beneficiar o contratado.

No segundo fato, Valdir nomeou, deliberadamente e para beneficiá-lo, o próprio cunhado para cargo em comissão de assessor na Secretaria de Obras.

Na inicial, o MP pediu a indisponibilidade de bens do prefeito, sustentando que o perigo de dano é presumido em ações de improbidade, e, quanto ao segundo fato, requereu a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos.

Considerando a Lei nº 8.429/1992, com a redação da Lei nº 14.230/2021, assinale a afirmativa correta.

(A) O primeiro fato configura improbidade por dano ao erário; o segundo configura improbidade por violação a princípios; e a indisponibilidade pode ser deferida, pois o perigo de dano é presumido.

(B) O primeiro fato não configura improbidade; o segundo configura improbidade por violação a princípios, sujeita a perda da função e suspensão dos direitos políticos; e a indisponibilidade exige demonstração de perigo concreto.

(C) O primeiro fato configura improbidade por dano ao erário, admitida a forma culposa; o segundo configura improbidade por violação a princípios; e a indisponibilidade exige demonstração de perigo concreto.

(D) O primeiro fato não configura improbidade; o segundo não configura improbidade, pois a nomeação de parente por afinidade não é vedada; e a indisponibilidade exige demonstração de perigo concreto.

(E) O primeiro fato não configura improbidade; o segundo configura improbidade por violação a princípios, cujas sanções não incluem a perda da função nem a suspensão dos direitos políticos; e a indisponibilidade exige demonstração de perigo concreto.

Questão 78

Em aula sobre organização administrativa para servidores recém-empossados da Polícia Civil, o instrutor apresentou entendimentos do STF a respeito da natureza jurídica e do regime de diversas entidades que mantêm relação com o poder público. Considerando a jurisprudência do STF, analise as afirmativas a seguir.

I. Os conselhos de fiscalização profissional têm natureza autárquica, sendo inconstitucional a delegação, a entidades privadas, do poder de polícia relativo à fiscalização das profissões regulamentadas.

II. A Ordem dos Advogados do Brasil é autarquia integrante da Administração indireta da União, sujeita a concurso público para a contratação de pessoal.

III. A sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, em regime não concorrencial e sem intuito primário de lucro, submete-se ao regime de precatórios.

IV. Os dirigentes das agências reguladoras, nomeados para mandato fixo, não podem ser exonerados livremente pelo chefe do Poder Executivo durante o mandato.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 79

Em investigação sobre desvios em um Município, o delegado de polícia solicitou ao Tribunal de Contas do Estado informações sobre processos envolvendo o ex-prefeito e precisou compreender os efeitos das decisões da Corte de Contas e os limites de sua atuação. Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, analise as afirmativas a seguir.

I. É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.

II. A execução do crédito decorrente de multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado a agente público municipal, por danos ao erário municipal, cabe ao Estado, por ser o ente ao qual a Corte de Contas está vinculada.

III. Compete à Câmara Municipal o julgamento das contas do prefeito, tanto as de governo quanto as de gestão, com o auxílio do Tribunal de Contas, cujo parecer prévio só deixa de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara.

IV. O Tribunal de Contas pode determinar diretamente às instituições financeiras a quebra do sigilo bancário de qualquer pessoa investigada em seus processos.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Questão 80

Marcos é jornalista, especializado em fotografar e filmar conflitos armados entre criminosos e policiais. Em uma operação realizada pela Polícia Militar do Estado Alfa, helicópteros daquela organização militar lançaram folhetos advertindo a população de uma determinada comunidade de que, dada a iminência de manifestações pela morte de um traficante, com possibilidade de tiroteios no local, os moradores da localidade deveriam evitar sair de suas casas. No folheto, lido por Marcos, havia expressa menção ao risco de criminosos utilizarem as pessoas como "escudos" humanos ou de elas serem alvejadas por criminosos. Marcos, filmando o início dos tiroteios, é alvejado por um criminoso e infelizmente sofre sequelas permanentes, razão pela qual ajuíza ação indenizatória contra o Estado Alfa. À luz da jurisprudência do STF, o pedido de Marcos deve ser julgado:

(A) procedente, pois o Estado Alfa tem o dever universal de proteger as pessoas que possam ser vítimas de conflitos dessa natureza;

(B) procedente, pois se trata de conflito armado entre criminosos e policiais militares, tendo o estado assumido o risco de os disparos ferirem Marcos;

(C) procedente apenas na hipótese de Marcos comprovar que o disparo poderia ter sido evitado pela ação dos policiais militares;

(D) improcedente, pois o disparo partiu da arma de criminoso, o que afasta a responsabilidade objetiva do Estado Alfa;

(E) improcedente, pois Marcos descumpriu ostensiva e clara advertência quanto ao acesso a áreas definidas como de grave risco à sua integridade física.

Legislação Estadual e Institucional

Questão 81

Ao planejar o próximo concurso e a formação dos aprovados, a direção de uma Polícia Civil estadual consultou a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis para verificar quais regras gerais deveriam ser observadas pela legislação local e pela Administração. Considerando a Lei nº 14.735/2023, analise as afirmativas a seguir.

I. Durante o curso de formação profissional, de caráter eliminatório, pode ser concedida ajuda de custo não inferior a 50% do valor da remuneração prevista em lei para a classe inicial do cargo.

II. O servidor que pedir exoneração antes de completar três anos de exercício deve ressarcir ao erário a integralidade dos gastos com sua formação, independentemente do tempo de serviço prestado.

III. É direito do policial civil o recolhimento em unidade prisional da própria instituição para fins de cumprimento de prisão provisória ou de sentença penal condenatória transitada em julgado.

IV. Os Institutos de Criminalística, de Medicina Legal e de Identificação devem ser coordenados por delegados de polícia da classe mais elevada, aos quais os peritos ficam técnica e funcionalmente subordinados.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Questão 82

O setor de recursos humanos de uma secretaria estadual do Paraná precisou enquadrar três situações funcionais segundo o Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.

Rosana, funcionária estável, foi demitida após processo disciplinar. Anos depois, decisão judicial transitada em julgado anulou a demissão, por vício insanável no processo.

Ubirajara, aposentado por invalidez, foi submetido a nova inspeção médica, que constatou a recuperação plena de sua capacidade laborativa, tornando insubsistentes os motivos da aposentadoria. Atendidos os demais requisitos legais, a Administração pretende fazê-lo retornar ao serviço.

Vera, funcionária estável, foi afastada em razão da extinção de seu cargo. Meses depois, surgiu vaga em cargo de natureza e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado. Vera foi convocada, mas, injustificadamente, não tomou posse no prazo legal.

Considerando a Lei estadual nº 6.174/1970, assinale a afirmativa correta.

(A) Rosana deve retornar por reversão; Ubirajara, por reintegração; e Vera, que estava em disponibilidade, deve ser aproveitada, tornando-se sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se não tomar posse no prazo.

(B) Rosana deve ser reintegrada, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens; Ubirajara deve retornar por reversão; e Vera, em disponibilidade, tem o aproveitamento tornado sem efeito e a disponibilidade cassada, por não ter tomado posse.

(C) Rosana deve ser reintegrada, sem direito ao ressarcimento dos vencimentos do período de

afastamento; Ubirajara deve retornar por reversão; e Vera tem a disponibilidade cassada, por não ter tomado posse.

(D) Rosana deve ser reintegrada, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens; Ubirajara deve retornar por readaptação; e Vera tem a disponibilidade cassada, por não ter tomado posse no prazo legal.

(E) Rosana deve ser reintegrada, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens; Ubirajara deve retornar por reversão; e Vera mantém a disponibilidade, pois o aproveitamento depende de sua concordância.

Questão 83

O Ministério Público instaurou procedimento para apurar quatro atos praticados no âmbito de um órgão da administração direta do Estado do Paraná.

(1) O edital de concurso para cargo efetivo de analista previu prova oral de caráter eliminatório.

(2) Fora de qualquer situação de calamidade pública, foram contratados, por tempo determinado, técnicos sem a realização de teste seletivo, com contratos de três anos de duração.

(3) A campanha publicitária de uma ação de segurança viária trouxe, em destaque, a fotografia e o nome do secretário responsável pela pasta.

(4) Uma função de confiança de chefia foi atribuída a pessoa sem vínculo efetivo com a Administração.

Considerando a Constituição do Estado do Paraná, assinale a afirmativa correta.

(A) Apenas os atos 2 e 3 contrariam a Constituição estadual, pois a prova oral eliminatória é admitida em qualquer concurso e a função de confiança pode ser exercida por pessoa sem vínculo.

(B) Os quatro atos contrariam a Constituição estadual, mas a nulidade, com punição da autoridade responsável, só está expressamente prevista para a publicidade com promoção pessoal.

(C) Os quatro atos contrariam a Constituição estadual, e a contratação temporária irregular implica, por expressa previsão constitucional, a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável.

(D) Apenas os atos 1, 3 e 4 contrariam a Constituição estadual, pois a contratação temporária pode durar até três anos e dispensa teste seletivo quando houver urgência.

(E) Os quatro atos contrariam a Constituição estadual, mas a prova oral só é vedada nos concursos para cargos do magistério, em que se admite apenas a prova didática.

Questão 84

A Corregedoria da Polícia Civil apurou quatro condutas de um delegado de polícia durante um mesmo plantão, todas praticadas com o propósito de obter vantagem para a investigação e atender à cobrança da imprensa.

(1) Interrogou, às duas horas da madrugada, Paulino, capturado em flagrante delito pouco antes, sem que ele tivesse manifestado consentimento.

(2) Interrogou, à uma hora da madrugada, Quintino, preso em cumprimento de mandado de prisão preventiva, que se recusara expressamente a ser ouvido naquele horário e estava assistido por advogado; o objetivo era vencê-lo pelo cansaço.

(3) Diante de notícia anônima sobre fraude em uma prefeitura, instaurou investigação preliminar sumária, por despacho fundamentado, para verificar a procedência das informações.

(4) Em entrevista coletiva, antes de concluir o inquérito e de qualquer denúncia, afirmou que Quintino era culpado pelo crime investigado.

Considerando a Lei nº 13.869/2019, configuram, em tese, crimes de abuso de autoridade apenas as condutas

(A) 1 e 2, pois a lei veda qualquer interrogatório policial durante o repouso noturno, independentemente da forma da prisão.

(B) 2, 3 e 4, pois a instauração de investigação com base em notícia anônima equivale a procedimento sem qualquer indício.

(C) 2 e 4, pois o interrogatório noturno é admitido em flagrante, e a investigação preliminar sumária justificada não configura crime.

(D) 4, apenas, pois o interrogatório noturno do preso assistido por advogado não configura crime em nenhuma hipótese.

(E) 1, 2 e 4, pois a exceção ao interrogatório noturno depende, sempre, do consentimento do preso assistido.

Questão 85

A Polícia Civil pretende firmar acordo com uma empresa privada de tecnologia para o armazenamento de bancos de dados de investigações, incluindo imagens faciais e impressões digitais de investigados. Antes de prosseguir, a assessoria jurídica analisou a incidência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Considerando a Lei nº 13.709/2018, analise as afirmativas a seguir.

I. A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de atividades de investigação e repressão de infrações penais, que

será regido por legislação específica, observados o devido processo legal, os princípios gerais de proteção e os direitos do titular.

II. É vedado o tratamento desses dados por pessoa de direito privado, exceto em procedimentos sob tutela de pessoa jurídica de direito público, que serão objeto de informe específico à autoridade nacional.

III. O dado biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural, é classificado como dado pessoal sensível.

IV. O consentimento do titular é a única base legal que autoriza o tratamento de dados pessoais pelo poder público.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 86

A Corregedoria-Geral da Polícia Civil do Paraná recebeu, em uma mesma semana, notícias de transgressões de gravidades distintas e precisou definir os instrumentos cabíveis em cada caso, inclusive soluções consensuais e medidas preventivas. Considerando a Lei estadual nº 21.894/2024, analise as afirmativas a seguir.

I. O termo de ajustamento de conduta, celebrado pelo Corregedor-Geral, é cabível para a infração disciplinar de menor potencial ofensivo, assim considerada a transgressão punida abstratamente com repreensão ou com pena máxima de suspensão de até trinta dias.

II. O descumprimento do termo de ajustamento de conduta acarreta a aplicação imediata da pena de suspensão, dispensada a retomada do procedimento disciplinar.

III. Compete ao Conselho Superior de Polícia aplicar originariamente as penas de repreensão e suspensão, cabendo ao Secretário de Estado da Segurança Pública apreciá-las em grau recursal, e ao Governador do Estado, originariamente, as penas de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

IV. O afastamento preventivo do policial pode ser determinado por até noventa dias, prorrogáveis sucessivamente enquanto durar o processo disciplinar.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) III e IV, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Questão 87

Uma delegada de polícia lotada em comarca do interior do Paraná avalia pedir remoção para a capital, mas também considera permanecer onde está, em unidade classificada como de difícil provimento. Para decidir, consultou a Lei Complementar estadual nº 259/2023, com as alterações posteriores. Analise as afirmativas a seguir.

I. O policial civil estável lotado há, no mínimo, três anos consecutivos em unidade de difícil provimento e que resida há, no mínimo, três anos consecutivos em município da comarca dessa unidade tem o interstício para promoção reduzido pela metade, limitada essa redução a, no máximo, três níveis na carreira.

II. É vedada a remoção por interesse da Administração de policial civil gestante ou lactante até o sexto mês após o retorno da licença-maternidade.

III. A ajuda de custo por remoção, devida quando há mudança de domicílio para outro município, corresponde a uma remuneração mensal, dispensada a apresentação de comprovante de gastos, devendo o servidor comprovar a efetiva mudança de residência em até noventa dias da publicação da portaria de remoção.

IV. O policial civil que pedir exoneração antes de completar noventa dias de exercício na nova sede deverá restituir metade da ajuda de custo recebida.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 88

Em curso de formação, o instrutor comparou as regras da Constituição Federal sobre a Administração Pública com as da Constituição do Estado do Paraná, destacando os pontos em que a Carta estadual é mais exigente. Considerando a Constituição do Estado do Paraná, analise as afirmativas a seguir.

I. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, obedece, entre outros, aos princípios da razoabilidade, da motivação e da economicidade,

expressamente previstos no texto constitucional estadual.

II. A contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, depende de lei complementar e deve observar, entre outros princípios, a realização de teste seletivo, ressalvados os casos de calamidade pública.

III. As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

IV. A administração direta, indireta e fundacional deve publicar anualmente, no Diário Oficial, relatório das despesas realizadas com propaganda e publicidade, com os nomes dos veículos publicitários.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 89

Maria, residente e domiciliada em Niterói/RJ, pretende formular pedido de acesso à informação ao Poder Público. Com efeito, antes de efetivar o seu intento, a cidadã buscou maiores informações junto à legislação que trata da referida temática. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei n o 12.527/2011, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa. ( ) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. ( ) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, além dos respectivos cônjuges e filhos(as), serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleições sucessivas ou alternadas. ( ) Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério mais restritivo possível, considerados a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado, além do prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final. As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – F – F.

(B) V – F – V.

(C) F – V – F.

(D) V – V – F.

(E) V – F – F.

Questão 90

Após a abertura de investigação contra um delegado de polícia por suposto abuso de autoridade em uma operação, a associação de classe preparou nota técnica sobre as regras gerais da Lei nº 13.869/2019 aplicáveis ao caso. Analise as afirmativas a seguir.

I. As condutas descritas na lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

II. A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura, por si só, abuso de autoridade.

III. A perda do cargo é efeito automático da condenação por crime de abuso de autoridade, independentemente de reincidência.

IV. Os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

Direitos Humanos

Questão 91

Uma mãe procurou a delegacia de polícia relatando que o pai de seu filho, de oito anos, levou a criança em viagem ao exterior e não a trouxe de volta, embora a residência habitual da família fosse no Brasil. O delegado orientou-a sobre os mecanismos internacionais aplicáveis, distinguindo-os da esfera penal. Considerando a Convenção de Haia sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, analise as afirmativas a seguir.

I. A Convenção aplica-se a criança que tenha residência habitual em um Estado Contratante imediatamente antes da violação do direito de guarda ou de visita, e deixa de aplicar-se quando a criança atinge dezesseis anos.

II. A decisão sobre o retorno da criança não deve ser considerada decisão sobre o mérito do direito de guarda.

III. Decorrido mais de um ano entre a transferência ou retenção indevidas e o início do procedimento, a

autoridade fica impedida de ordenar o retorno da criança, independentemente de sua integração ao novo meio.

IV. A transferência ou retenção só é considerada ilícita quando o direito de guarda violado decorrer de decisão judicial anterior.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.
(E) II, III e IV, apenas.

Questão 92

Em curso sobre a atuação policial e os tratados do sistema interamericano, foram analisados dispositivos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e de seu Protocolo Adicional em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais. Analise as afirmativas a seguir.

I. A Convenção Americana proíbe que se restabeleça a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.

II. A Convenção Americana veda a imposição da pena de morte a pessoas que, no momento da perpetração do delito, tinham menos de dezoito anos ou mais de setenta, e sua aplicação a mulheres em estado de gravidez.

III. O Protocolo de San Salvador admite petições individuais à Comissão Interamericana pela violação de quaisquer dos direitos econômicos, sociais e culturais nele previstos.

IV. A Convenção Americana só admite a detenção por dívidas em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e IV, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

Questão 93

Em reunião sobre o fluxo de presos entre as delegacias e o Poder Judiciário, um delegado de polícia apresentou os fundamentos convencionais e jurisprudenciais que orientam a apresentação do preso ao juiz e a política prisional. Considerando os tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil e a jurisprudência do STF, analise as afirmativas a seguir.

I. A audiência de custódia tem fundamento convencional na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que asseguram ao preso a condução, sem demora, à presença de um juiz.

II. No julgamento da ADPF 347, o STF reconheceu a existência de um estado de coisas inconstitucional no sistema prisional brasileiro.

III. Os juízes nacionais devem exercer o controle de convencionalidade, verificando a compatibilidade das normas internas com os tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil.

IV. Segundo o STF, a audiência de custódia é exigível apenas nas prisões em flagrante, não se aplicando às prisões decorrentes de mandado judicial.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) I e IV, apenas.
(C) I, II e III, apenas.
(D) II, III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

Questão 94

Ao estruturar um núcleo de proteção a vítimas em situação de vulnerabilidade, a Polícia Civil revisou as convenções interamericanas específicas ratificadas pelo Brasil, para alinhar seus protocolos de atendimento e de registro de ocorrências. Analise as afirmativas a seguir.

I. A Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura considera tortura também a aplicação, sobre uma pessoa, de métodos tendentes a anular sua personalidade ou a diminuir sua capacidade física ou mental, embora não causem dor física ou angústia psíquica.

II. A Convenção de Belém do Pará entende por violência contra a mulher a violência física, sexual e psicológica ocorrida no âmbito da família, na comunidade ou perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes.

III. A Convenção de Belém do Pará admite a apresentação de petições à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que contenham denúncias de violação dos deveres do Estado nela estabelecidos.

IV. A Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas trata o delito como instantâneo, consumado no momento da privação de liberdade da vítima.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.
(B) II e IV, apenas.
(C) I, II e III, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 95

A compatibilidade da Lei de Anistia brasileira (Lei nº 6.683/1979) com a Constituição e as obrigações internacionais do Brasil em matéria de direitos humanos foi examinada tanto pelo Supremo Tribunal Federal quanto pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir. I. No julgamento da ADPF 153, o Supremo Tribunal Federal, por maioria, julgou improcedente o pedido, reconhecendo a Lei de Anistia como fruto de uma transição política conciliada, cujo alcance bilateral abrange tanto os crimes praticados pelos opositores do regime quanto aqueles cometidos por agentes de Estado. II. No caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil , contrariando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a Corte Interamericana de Direitos Humanos declarou que as disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e a sanção de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, carecem de efeitos jurídicos e não podem representar obstáculo para a persecução penal. III. No caso Leite, Peres Crispim e outros vs. Brasil, a Corte Interamericana de Direitos Humanos concluiu que a Lei de Anistia foi a causa direta do arquivamento das investigações sobre a tortura e a execução extrajudicial de Eduardo Leite, razão pela qual determinou a revogação da referida lei. Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, apenas.

Ciências Forenses

Questão 96

Em comarca do interior sem perito oficial disponível, o delegado de polícia precisou providenciar o exame de corpo de delito de uma vítima de agressão que ficou afastada de suas atividades habituais. A defesa do investigado indicou assistente técnico. Considerando o Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

II. O assistente técnico indicado pela defesa pode acompanhar a realização do exame desde o início, independentemente de admissão pelo juiz.

III. Para a classificação da lesão como grave, por incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, deverá ser feito exame complementar logo que decorra esse prazo, contado da data do crime.

IV. Quando a infração deixar vestígios, a confissão do acusado poderá suprir o exame de corpo de delito, direto ou indireto.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Questão 97

O controle de cookies em dispositivos utilizados para atividades policiais é fundamental para preservar a segurança da informação e a integridade das evidências digitais durante investigações, uma vez que esses arquivos podem armazenar dados de autenticação, preferências e rastros de navegação, expondo informações sensíveis a terceiros se não forem devidamente geridos. Nesse contexto, os navegadores modernos adotam políticas específicas de armazenamento, gerenciamento, bloqueio e isolamento de cookies — conhecidas como cookie jars — com o objetivo de reforçar a proteção de dados e a privacidade na navegação. Quanto ao tratamento de "cookies jar" nos navegadores Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox, assinale a opção correta.

(A) No Google Chrome, o isolamento de cookies é garantido por padrão através de um sistema nativo denominado Privacy Sandbox , que cria um contêiner separado para cada domínio visitado, impedindo qualquer compartilhamento entre sites distintos.

(B) No Mozilla Firefox, o recurso Total Cookie Protection mantém um contêiner separado de cookies para cada site visitado, evitando que cookies de terceiros rastreiem o usuário entre domínios diferentes.

(C) O Microsoft Edge, por utilizar o mesmo núcleo EdgeHTML do Google Chrome, concentra um modelo de cookie jar isolado por site idêntico ao do Firefox, evitando o rastreamento entre domínios.

(D) No Google Chrome, a utilização desbloqueada de cookies de terceiros é obtida imediatamente à ativação do usuário no modo de navegação anônima, o que cria um “ cookie jar ” permanente e compartilhado entre todas as abas

abertas.

(E) O Microsoft Edge implementa o recurso de " cookie jars " no modo Container Cookies , que mantém cookies de diferentes sites agrupados em uma mesma instância de navegador, permitindo rastreamento cruzado controlado.

Questão 98

Na necropsia de uma vítima encontrada em sua residência, o médico-legista descreveu, na região cervical, sulco único, oblíquo e ascendente em direção à nuca, interrompido na região correspondente ao nó, com fundo pergaminhado e profundidade desigual, mais acentuada na face oposta ao nó, situado acima da cartilagem tireoide. Não havia equimoses digitais nem estigmas ungueais no pescoço.

Sobre o mecanismo de asfixia compatível com esses achados e sua distinção das demais constrições do pescoço, assinale a afirmativa correta.

(A) Os achados indicam estrangulamento por laço, cujo sulco típico é oblíquo, descontínuo e situado acima da cartilagem tireoide.

(B) Os achados indicam esganadura, em que a constrição feita pelo laço deixa sulco oblíquo e interrompido, sem marcas ungueais.

(C) Os achados indicam estrangulamento, pois o sulco pergaminhado é exclusivo da constrição exercida por força muscular de terceiro.

(D) Os achados indicam enforcamento, que se distingue do estrangulamento por produzir sulco horizontal, contínuo e situado abaixo da tireoide.

(E) Os achados indicam enforcamento, em que o sulco é tipicamente oblíquo, ascendente e interrompido na região do nó.

Questão 99

Em investigação de crime contra a dignidade sexual, o delegado de polícia requisitou exame de conjunção carnal e, ao receber o laudo, precisou interpretar os achados himenais descritos pela perita, para avaliar se eram compatíveis com a versão da vítima e com a de outras testemunhas ouvidas no inquérito.

Sobre os achados himenais e sua interpretação médico-legal, assinale a afirmativa correta.

(A) O hímen complacente rompe-se necessariamente na primeira conjunção carnal, de modo que sua integridade exclui a ocorrência de coito vaginal.

(B) Os entalhes himenais são lesões traumáticas que atingem a borda de inserção do hímen, ao passo que as roturas são irregularidades congênitas da borda livre.

(C) As carúnculas mirtiformes resultam, em regra, da destruição do hímen pelo parto vaginal, e não da simples conjunção carnal.

(D) A ausência de rotura himenal recente afasta a possibilidade de crime contra a dignidade sexual, por excluir qualquer ato libidinoso.

(E) As carúnculas mirtiformes resultam, em regra, das roturas da primeira conjunção carnal, e indicam relação sexual recente.

Questão 100

Um cadáver foi encontrado em decúbito dorsal, sobre um sofá. O perito constatou livores hipostáticos fixos, que não desapareciam à digitopressão, localizados na face anterior do tronco e dos membros, e ausência de livores nas regiões posteriores. Havia rigidez generalizada e ainda não se observava a mancha verde abdominal. Testemunhas afirmaram que a vítima teria morrido no próprio sofá.

Considerando os fenômenos cadavéricos descritos pela tanatologia forense, é correto afirmar que

(A) o corpo foi provavelmente deslocado após a fixação dos livores, que se formaram com a vítima em decúbito ventral.

(B) a fixação dos livores indica que a morte ocorreu há menos de uma hora, o que é confirmado pela rigidez generalizada.

(C) a distribuição dos livores é compatível com a versão das testemunhas, pois os livores se formam nas regiões em contato com o apoio.

(D) a mancha verde abdominal, quando surgir, iniciará habitualmente no hipocôndrio esquerdo, pela proximidade do estômago.

(E) a rigidez generalizada indica que se trata de espasmo cadavérico, que surge de forma progressiva no sentido podálico-cefálico.

Folha de respostas

Código PCPR-DL-0608-2B9D · preencha a bolinha da alternativa escolhida

	A	B	C	D	E		A	B	C	D	E		A	B	C	D	E		A	B	C	D	E
01	○	○	○	○	○	26	○	○	○	○	○	51	○	○	○	○	○	76	○	○	○	○	○
02	○	○	○	○	○	27	○	○	○	○	○	52	○	○	○	○	○	77	○	○	○	○	○
03	○	○	○	○	○	28	○	○	○	○	○	53	○	○	○	○	○	78	○	○	○	○	○
04	○	○	○	○	○	29	○	○	○	○	○	54	○	○	○	○	○	79	○	○	○	○	○
05	○	○	○	○	○	30	○	○	○	○	○	55	○	○	○	○	○	80	○	○	○	○	○
06	○	○	○	○	○	31	○	○	○	○	○	56	○	○	○	○	○	81	○	○	○	○	○
07	○	○	○	○	○	32	○	○	○	○	○	57	○	○	○	○	○	82	○	○	○	○	○
08	○	○	○	○	○	33	○	○	○	○	○	58	○	○	○	○	○	83	○	○	○	○	○
09	○	○	○	○	○	34	○	○	○	○	○	59	○	○	○	○	○	84	○	○	○	○	○
10	○	○	○	○	○	35	○	○	○	○	○	60	○	○	○	○	○	85	○	○	○	○	○
11	○	○	○	○	○	36	○	○	○	○	○	61	○	○	○	○	○	86	○	○	○	○	○
12	○	○	○	○	○	37	○	○	○	○	○	62	○	○	○	○	○	87	○	○	○	○	○
13	○	○	○	○	○	38	○	○	○	○	○	63	○	○	○	○	○	88	○	○	○	○	○
14	○	○	○	○	○	39	○	○	○	○	○	64	○	○	○	○	○	89	○	○	○	○	○
15	○	○	○	○	○	40	○	○	○	○	○	65	○	○	○	○	○	90	○	○	○	○	○
16	○	○	○	○	○	41	○	○	○	○	○	66	○	○	○	○	○	91	○	○	○	○	○
17	○	○	○	○	○	42	○	○	○	○	○	67	○	○	○	○	○	92	○	○	○	○	○
18	○	○	○	○	○	43	○	○	○	○	○	68	○	○	○	○	○	93	○	○	○	○	○
19	○	○	○	○	○	44	○	○	○	○	○	69	○	○	○	○	○	94	○	○	○	○	○
20	○	○	○	○	○	45	○	○	○	○	○	70	○	○	○	○	○	95	○	○	○	○	○
21	○	○	○	○	○	46	○	○	○	○	○	71	○	○	○	○	○	96	○	○	○	○	○
22	○	○	○	○	○	47	○	○	○	○	○	72	○	○	○	○	○	97	○	○	○	○	○
23	○	○	○	○	○	48	○	○	○	○	○	73	○	○	○	○	○	98	○	○	○	○	○
24	○	○	○	○	○	49	○	○	○	○	○	74	○	○	○	○	○	99	○	○	○	○	○
25	○	○	○	○	○	50	○	○	○	○	○	75	○	○	○	○	○	100	○	○	○	○	○

Confira suas marcações com a grade do gabarito comentado. Cada questão vale 1 ponto, como na prova da PCPR.